



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1285/13	DATA: 29/08/2013
INÍCIO: 10h41min	TÉRMINO: 13h18min	DURAÇÃO: 2h37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h37min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO MIRANDA - Deputado Estadual pelo Pará.  
SÉRGIO RODRIGUES BORGES - Representante da Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses — ACONEXTEL.  
ROBERTA GUZZO SOUZA BELO - Representante da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.  
CARLOS BORDALO - Deputado Estadual pelo Pará e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará — ALEPA.  
SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis e Delegada da Polícia Civil do Estado do Pará.  
HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, representando o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. Marcos Antônio.  
ANA CELINA BENTES HAMOY - Coordenadora-Geral do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA/Emaús.  
MARIA HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da Regional Norte 2 da CNBB.  
FÁBIO PAIXÃO - Coordenador do Conselho Tutelar de Belém.  
ALBA CRISTINA DE JESUS MARTINS - Participante do evento. Plateia.  
MARIA MIRANDA - Participante do evento. Plateia.  
GUILHERME MARSSINAS - Participante do evento. Plateia.  
DIANA DEUSA DE JESUS PARAENSE - Participante.  
FRANCISCO NARCISO MACIEL CORPES - Participante do evento. Plateia.  
REINALDO SAGICA MACIEL - Conselheiro Tutelar de Abaetetuba  
LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA - Coordenadora de Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Pará.

SUMÁRIO: Investigação sobre tráfico de pessoas no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está aberta a reunião.

Queria convidar a Dra. Helena Muniz, que representa o Ministério Público do Estado do Pará. Muito obrigado pela sua presença. (*Palmas.*) Queria convidar o Dr. Sérgio, que representa a ACONEXTEL, Associação dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Estado do Pará. (*Palmas.*) Queria convidar também o Dr. Sérgio Rovani, representando a Superintendência da Polícia Federal do Estado do Pará. Muito bem-vindo, Dr. Sérgio. (*Palmas.*) Não sei se tem alguém representando o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Desembargadora Nadja. Acho que não. Queria registrar a presença da Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Pará, Sra. Leila Maria dos Santos Silva, nossa companheira. Queria registrar também a presença de representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança. Depois vamos registrar também a presença de vários conselheiros e conselheiras tutelares que estão presentes aqui. A turma do Pro Paz está aqui — não sei se a Dra. Eugênia está presente —, do ProJovem também. Queria registrar a presença da Profa. Cristina Silva, que também está presente com os alunos do ProJovem. Queria registrar a presença do Pastor Orlando Jackson, da Igreja Batista de Parauapebas. Depois vamos registrar outras entidades, autoridades e representação da sociedade civil presentes.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados para suas considerações iniciais, quero dizer que esta é uma audiência pública promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o tráfico humano no Brasil e também pela CPI que investiga a exploração, a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes, presidida pela Deputada Erika Kokay, que está hoje em Santa Catarina, mas designou dois dos membros titulares desta CPI: eu e o Deputado Luiz Couto, que está chegando.

Por conta da exiguidade de tempo, como são duas CPIs que trabalham de forma muito conjunta, nessa fase final das oitivas e das diligências, temos dividido um pouco. Ela está em Santa Catarina presidindo a CPI da Exploração Sexual, mas também ouvindo casos de tráfico de pessoas, e nós estamos aqui também fazendo a mesma coisa.

Esta CPI, que foi iniciada em maio do ano passado e deve concluir agora os seus trabalhos em novembro, tem por objetivo investigar esse crime hoje



considerado hediondo pela Convenção de Palermo e tem percorrido o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, procurando, em audiências como esta, ouvir a sociedade civil, ter noção da dimensão real dessa prática criminosa nos diversos Estados e nas diversas regiões brasileiras.

A nossa convicção é de que ainda há muito a ser feito no sentido de fazer o enfrentamento adequado e devido a esse crime, que é um crime que não está visível na maioria das vezes, que é muito mais recorrente na sociedade brasileira do que nós possamos imaginar e no mundo inteiro, porque as fronteiras nacionais praticamente desaparecem para essas organizações criminosas. Os últimos episódios ocorridos no Brasil, na Índia, na Espanha, na Itália, nos Estados Unidos e em diversas outras localidades do mundo, fazendo rota com o mercado brasileiro, evidenciam isso. Essa é uma prática criminosa que consome, que movimenta mais de 30 bilhões de dólares por ano no mundo inteiro, vitimando mais de 3 milhões de pessoas por ano no mundo inteiro. E o Brasil, infelizmente, está entre os 10 países com o maior registro ou com a maior presença em diversas modalidades em que esse crime se apresenta.

Sem dúvida, a grande maioria dos casos é para fins de exploração sexual de mulheres, de travestis, principalmente. Mas nós já registramos, de forma farta, outras modalidades, como, por exemplo, a captura de jovens que são atraídas nesse mercado das agências de modelo, esse mercado que cresce, que é valorizado de forma muito excessiva na sociedade brasileira, jovens atraídas pela ideia sedutora da fama, do empoderamento, do sucesso profissional e que, muitas vezes, acabam na prostituição de luxo ou envolvidas no cárcere privado, em condições subumanas no Brasil e fora do Brasil.

O mais grave é que essas relações se dão sem nenhuma legalidade. Essas agências, a grande maioria delas, não têm CNPJ, não têm registro, a não ser uma página na Internet fazendo a captação, vamos dizer assim, dessa “mercadoria”, entre aspas, que infelizmente é o ser humano.

Da mesma forma, as chamadas escolinhas de futebol, como foi inclusive investigado aqui pela CPI estadual e também pela CPI nacional, já condenou alguns clubes no Brasil, que também atraem as pessoas por essa imagem, essa ideia sedutora de fama, de empoderamento, e que muitas vezes são vítimas de crime. O



mercado da adoção ilegal e o mercado do tráfico de órgãos são modalidades que nós temos encontrado nos trabalhos da CPI.

Portanto, esta audiência pública é para ouvir as instituições e a sociedade civil acerca desses registros, tentar sensibilizar as autoridades públicas nas diversas esferas, do Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, no sentido de aprimorar a eficiência dessas instituições no enfrentamento articulado em rede. E também, na parte da tarde, nós vamos ouvir alguns casos específicos que não querem se apresentar publicamente. Nós vamos reservar um momento para ouvi-los também.

Feita essa pequena introdução, queria registrar a chegada de alguns Deputados: Deputado Luiz Couto, que é Vice-Presidente da CPI, Deputado do PT da Paraíba (*palmas*), Deputado Bala Rocha, do nosso vizinho e irmão Estado do Amapá, também presente (*palmas*), Deputado Miriquinho Batista, que também é membro da nossa CPI, conhecido já de todos (*palmas*), do Estado do Pará, e a Deputada Janete Capiberibe — não, já foi direto para o Amapá. Queria também registrar e convidar para a mesa o Deputado Márcio Miranda, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (*palmas*), Deputado que é o nosso anfitrião hoje nesta audiência. Eu queria pedir mais cadeiras aqui para acolher os nossos Deputados aqui. Queria também registrar a presença do Fábio Paixão, Presidente do sindicato, Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares de Belém. Também está presente. Bem-vindo, Fábio.

Bom, vamos dar prosseguimento e informar aos nossos Deputados, o Deputado Bala Rocha, o Deputado Luiz Couto, o Deputado Miriquinho, que nós acabamos de iniciar, na verdade, sabendo da chegada dos senhores já em solo paraense. A gente já deu início por conta do atraso que estamos vivendo nesta audiência. Eu queria, portanto, agora facultar a palavra aos nossos convidados para as suas saudações iniciais. Em seguida, vamos facultar a palavra a todos os presentes que queiram dela fazer uso.

Deputado Márcio Miranda.

**O SR. MÁRCIO MIRANDA** - Bom dia a todos. Em nome do Parlamento do Pará, queremos dar as boas-vindas à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, à CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil, na sua pessoa,



Deputado Jordy, que já tem toda uma intimidade com esse tema por ter experiência nesta Casa como Parlamentar. Lembro-me que tivemos aqui uma CPI de muito sucesso, lamentavelmente. Mas a gente considera, porque abriu os olhos e os ouvidos da sociedade paraense, que tínhamos aqui muitas situações embaixo do tapete. Naquela ocasião, o Deputado Bordalo foi autor do requerimento, V.Exa. foi o Relator. E foi, digamos assim, uma CPI que marcou o Parlamento do Pará, encontrou situações com empresários, atingiu Deputados, atingiu toda uma sociedade. Eu acho que essa sua experiência, V.Exa. levou para o Congresso, levou para Brasília. E aqui, hoje, a Assembleia continua condenando e se manifestando, incisivamente, a favor de qualquer medida punitiva ou até mesmo que possa contribuir para esclarecer a sociedade. Estamos abertos aqui, o Parlamento do Pará, às denúncias que porventura surjam. A nossa Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Bordalo, é muito atuante e continua fazendo aquele trabalho iniciado na gestão do Deputado Jordy. Os números desses casos são imensos. A gente ainda, lamentavelmente, escuta muito sobre esse tipo de situações, e o Parlamento tem feito contribuições. Daquela CPI nós fizemos um farto material. Agora, recente, estamos imprimindo um novo material feito pela Comissão presidida pelo Deputado Bordalo. Lamentavelmente, não ficou pronto para hoje, Deputado Bordalo, mas V.Exa. pode pedir o endereço, o *e-mail*, para a gente comunicar posteriormente. Enfim, desejar a todos uma boa estada, aos Deputados Federais Sebastião Bala, Luiz Couto e ao nosso amigo aqui da terra Miriquinho Batista. Sejam bem-vindos, fiquem à vontade, o Parlamento está à disposição de vocês. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Márcio Miranda, pelas suas palavras. V.Exa. também participou daquela CPI, que marcou um pouco o enfrentamento dessas questões aqui, no Estado do Pará. Nós estamos aqui, de certa forma, também — eu e o Deputado Luiz Couto, que integramos a CPI da Exploração Sexual, presidida pela Deputada Erika Kokay —, estamos aqui também para recolher informações e dados sobre essa situação e remeter à CPI nacional da Exploração Sexual. Estamos aqui, portanto, com essa dupla missão, digamos assim, designados que fomos pela Presidente, Deputada Erika, que está hoje em Santa Catarina, como eu já disse anteriormente.



Nós vamos continuar facultando a palavra aqui aos nossos convidados.

Com a palavra o Dr. Sérgio, da ACONEXTEL.

**O SR. SÉRGIO RODRIGUES BORGES** - Meu bom dia ao Deputado Arnaldo Jordy, neste ato presidindo esta audiência pública. Na plateia, eu gostaria de saudar os conselheiros tutelares presentes. Permitam-me ler aqui os Municípios: Abaetetuba, Belém, Cachoeira do Arari, Marabá, Marapanim, Nova Timboteua, Ourém, Salvaterra, São Francisco do Pará e Tailândia. Então, nós contamos com representantes desses Municípios aqui, na audiência pública.

Agradecemos. Sabemos das dificuldades que vocês enfrentaram para chegar até aqui. Não deixaria também de ressaltar o ProJovem. Os professores do Núcleo da Escola Maria Amoras entraram em contato conosco, se podiam trazer os alunos, porque estão debatendo essa temática na escola, e eu parabênizo, é de importância, lá do Bairro do Bengui.

Gostaria de ressaltar que, para enfrentar esse crime, o tráfico humano e a violência sexual, nós precisamos de instituições fortes. Essas instituições fortes, uma delas e a porta de entrada é o Conselho Tutelar. Existem outras, claro. Mas nós precisamos estruturar, equipar e formar os nossos conselheiros tutelares.

Então, nós solicitamos às autoridades aqui presentes, aos Deputados, que, na hora de votar o Orçamento, direcionassem recursos a esta categoria, a este órgão chamado Conselho Tutelar.

E as denúncias que têm chegado à grande mídia, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, na sua grande maioria, advêm dos conselhos tutelares. Então, nós precisamos estruturar esse órgão. E, aqui, nós deixamos a nossa participação.

Há Conselho Tutelar que, infelizmente, ainda está na época da caneta, nem computador possui para registrar. Nós estamos fazendo um levantamento e ficamos abismados de saber que tem Conselho Tutelar que nem telefone, nem o fixo nem o móvel... É o telefone do próprio conselheiro tutelar para receber denúncia. Está certo?

Então, é a nossa contribuição. Parabéns a todos nós que estamos aqui. Vamos ser formiguinhas, multiplicadores dessa luta contra este crime que é considerado hediondo, mas, fundamentalmente, mancha, marca a alma, o ser, que,



no caso, é vítima de uma violência tão perversa como é o tráfico e a violência, a múltipla ação sexual.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Sérgio.

Eu queria continuar facultando, mas alguém gostaria de... (*Pausa.*)

Dra. Roberta, da SEJUDH, com a palavra.

**A SRA. ROBERTA GUZZO SOUZA BELO** - Bom dia a todos. Exmo. Sr. Deputado Estadual Márcio Miranda, digno Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por intermédio de quem saúdo os demais Srs. Deputados e Sras. Deputadas aqui presentes; Exmo. Sr. Deputado Federal Arnaldo Jordy, digno Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil, por intermédio de quem saúdo os demais Parlamentares federais aqui presentes; senhoras e senhores, o tráfico de pessoas é uma realidade mundial, e o Pará não é a exceção. Só no Brasil há cerca de 520 rotas de tráfico e é um comércio ilegal, que gera um lucro de cerca 32 bilhões de reais aos criminosos inescrupulosos, que comandam as organizações dedicadas ao tráfico e à exploração de pessoas de várias idades. É uma dura realidade que enfrentamos e que, com todas as nossas forças, estamos combatendo. Sei que o nosso papel nesta CPI é de trazer as informações sobre esses enfrentamentos, trazer dados estatísticos sobre essas questões. E o que estamos fazendo para diminuir o número de vítimas deste crime, que consideramos hediondo, apesar de a lei não qualificá-lo assim?

Vamos, então, a essas informações. Aqui no Pará, o tráfico de pessoas tem características peculiares: são homens, para o trabalho escravo no campo ou nos garimpos, no Brasil e no exterior; mulheres, para o trabalho escravo no âmbito doméstico e no mercado internacional do sexo; crianças e adolescentes, para o trabalho escravo, ou a exploração do trabalho infantil doméstico e prostituição; travestis, adultos e adolescentes, vítimas do tráfico, para fins de exploração no mercado nacional e internacional do sexo.

Lamentavelmente, devido à falta de identificação clara das especificidades do crime de tráfico humano, enfrentamos o grave problema da subnotificação. Por exemplo: se um CRAS que trabalha diretamente no atendimento a uma determinada família, e, em dado momento, a mãe de algumas crianças diz que vai para São



Paulo ou para Goiânia por causa de uma proposta de emprego, se ao invés do emprego é, na realidade, um caso de tráfico para prostituição forçada, não se conseguirá identificar de pronto que ela seja ou não uma vítima desse crime.

Para se ter uma ideia, os números de casos de tráfico de pessoas que temos no Estado foram levantadas pela SEJUDH, nos últimos anos, e dão conta de que, em 2011, foram 13 casos; em 2012, 12 casos. E neste ano, até agora, temos 18 casos notificados. E esses dados de 2013 podem não significar um aumento do número da ocorrência, mas uma melhor identificação dos casos. Mesmo assim, são números ainda muito tímidos, diante do universo da ocorrência que pode estar ocorrendo. E mais adiante, vamos levantar, fazendo conhecer melhor essa realidade e enfrentá-la.

É na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos que funciona a Coordenação de Combate ao Tráfico de Pessoas. Com essa equipe, subordinada à Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos, é que propomos coordenar e executar as políticas públicas nessa área. Obviamente, sem a criação de uma rede, hoje existente, com participação de várias instituições, seria impossível avançar como temos feito. Foi neste Governo que foram implantadas importantes iniciativas: a Política Estadual e o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além do fortalecimento da Coordenadoria de Combate ao Tráfico de Pessoas na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos para dar conta dessa missão. O Plano Estadual atua de forma estratégica em três eixos: prevenção ao tráfico, atenção às vítimas e repressão e responsabilização dos autores desse crime. As diretrizes da Política Nacional e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas embasaram um projeto que foi adaptado à nossa realidade.

Também quero registrar que a SEJUDH participou ativamente do Fórum Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas junto com várias entidades da sociedade civil, que culminou na elaboração e no decreto de criação do Plano Estadual pelo nosso Governador Simão Jatene. Também, nesses três últimos anos, foram implantados os Postos Avançados de Direitos para Viajantes, resultado de parceria entre a sociedade e o Governo.

Como todas as ações do poder público, que são feitas com a vontade de acertar, atividades de capacitação têm sido realizadas junto à comunidade



aeroportuária, bem como à segurança pública e à comunidade escolar, para que a prevenção seja tão eficiente e possamos diminuir a necessidade de dar repressão e dar proteção às vítimas.

Para consolidar a rede, além de ações de capacitação, implantamos o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com a participação de diversas instituições e entidades sociais, entre as quais Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Segurança Pública, de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Integração Regional, entre outras. O Comitê está preparando um *workshop* para que os integrantes do Plano Estadual apresentem ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, para que se possa fazer uma revisão no ano de 2014.

Entre as ações da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está efetivamente — eu tenho que destacar — a realização do diagnóstico e indicadores; a mobilização social, através de campanhas públicas; a definição de novos investimentos em políticas para todos os parceiros envolvidos; a nossa conexão com o sistema nacional de referência ao atendimento e a estruturação e capacitação dos órgãos de repressão ao tráfico de pessoas. Quando eu falo sobre capacitação, é importante ressaltar que um dos principais objetivos é atualizar os profissionais que atuam na rede de serviços, com o intuito de promover o atendimento humanizado e qualificado a essas vítimas de violência.

Nessa perspectiva, compreendendo a complexidade desses fenômenos que, no Pará, apresentem entre suas vítimas uma incidência expressiva de mulheres, adolescentes e travestis, é de fundamental relevância o fomento de ações de capacitação profissional a fim de promover a qualificação e o atendimento humanizado.

Quanto às ações, é interessante registrar aqui a iniciativa do que temos feito para lidar com esse grave problema. Seis pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal, em março, pelos crimes de trabalho escravo, tráfico de pessoas, exploração sexual, corrupção de menor e formação de quadrilha. Os acusados foram identificados pelas vítimas; liberados da boate, em fevereiro, durante uma operação coordenada pela Polícia Civil do Pará em Altamira e Vitória do Xingu.



A realização de campanhas educativas e preventivas.

A cooperação da SEJUDH no levantamento que está sendo feito pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas fronteiras, que nos está realizando o diagnóstico dos tráficos.

As visitas aos Municípios, realizando palestras e reuniões.

Estamos envidando, ainda, esforços junto com outras Secretarias, especialmente a de Assistência Social, para a criação de um abrigo específico para vítimas de tráfico e para a implantação do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico.

Antes de encerrar, eu gostaria de parabenizar por este evento todas as pessoas que, no Estado do Pará, atuam de maneira dedicada e corajosa.

Encerro, dizendo muito obrigada e que nós estamos dispostos e aqui abertos para que possamos contribuir. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dra. Roberta Guzzo.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Carlos Bordalo, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui da ALEPA.

**O SR. CARLOS BORDALO** - Sr. Presidente, caríssimo Deputado Arnaldo Jordy; Deputado Márcio Miranda; minhas senhoras; meus senhores; Srs. Deputados Federais, bom dia.

Deputado Jordy, nós lhe entregamos aqui, no momento em que entregávamos o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Tráfico Humano, que a Assembleia Legislativa instaurou... E V.Exa. estava presente no momento em que ainda estava se processando a instalação dessa CPI importantíssima no plano nacional, porque a dimensão do tráfico de pessoas é uma dimensão sem fronteiras.

E aquilo que nós detectamos no Estado do Pará tem ramificações nacionais e internacionais. Srs. Deputados, o nosso Estado tem fronteiras muito difíceis de serem monitoradas. Algumas são fronteiras físicas; outras são fronteiras intangíveis. Nossa CPI detectou que o Estreito de Breves e a rota do Oiapoque por Macapá se constituem dutos dos mais utilizados, Srs. Deputados, para o tráfico humano na nossa região.



O aliciamento na região do Marajó, mas também nos bairros de periferia da nossa Capital, de jovens, mulheres, jovens travestis, para o tráfico e a exploração sexual é uma realidade extremamente perceptível. Você não precisa de muito estudo, não precisa de muita sociologia, de muita tese; basta andar na rua, basta visitar os bairros Cremação e Jurunas, algumas ruas da nossa Capital.

Mas, do ponto de vista físico, Deputado Jordy, na nossa ida agora... A Assembleia Legislativa está realizando sessões itinerantes por todo o Estado do Pará. Quero parabenizar o Deputado Márcio Miranda, nosso Presidente, por esse projeto importantíssimo de interiorização do Parlamento. Mas nós fomos, recentemente, a Marabá. E outra rede detectada pela nossa CPI continua muito ativa no sudeste do Estado, que é a rede de aliciamento de jovens futebolistas para a exploração no Nordeste e no Sul e Sudeste do País.

A nossa CPI chegou a estourar, Deputado Luiz Couto, cativeiros de jovens na Baixada Santista, usando a Portuguesa Santista como a base logística de recepção dessa meninada do nosso Estado.

Até hoje há um foragido em que a Polícia Federal não consegue botar a mão. Eu não entendo como alguém não é encontrado! O Sr. Batata foi denunciado à Polícia Federal, está no nosso relatório, nós já pedimos a prisão, e esse cidadão não é encontrado! E agora, na nossa ida a Marabá, Deputado Márcio Miranda, que nós realizamos todas as vezes a reunião da Comissão de Direitos Humanos, mães, agentes sociais, conselheiros tutelares de Marabá e da região nos denunciaram que o Sr. Ronildo Borges, o Batata, continua atuando e naqueles dias tinha levado um ônibus cheio de meninos, de novo, para a Baixada Santista.

Nós fazemos o nosso trabalho: detectamos as redes, identificamos os aliciadores, denunciemos à Polícia, ao Judiciário. Infelizmente, a resposta é muito menor do que a necessidade. Está lá! O Batata continua aliciando gente em Marabá, Jacundá, Tucuruí, em todos aqueles Municípios do sudeste.

Agora, na nossa ida ao oeste do Pará, reunindo-me com conselheiros tutelares e agentes sociais da região do oeste, de Santarém, e na nossa ida a Oriximiná, eu me dei conta de que talvez a fronteira — que já está vigiada, agora — de Macapá, Oiapoque e outras, como o Estreito de Breves, está se deslocando para Oriximiná, Deputado Jordy, porque a fronteira de Oriximiná com o Suriname não tem



patrulhamento; não tem posto, como nos aeroportos, nas rodoviárias, que já é muito difícil. Então, a fronteira de Oriximiná, no Pará, com o Suriname é uma coisa que precisa imediatamente de monitoramento, de uma ação efetiva do Estado brasileiro.

Recentemente, uma mãe, desesperada, entrou em contato com a Assembleia Legislativa porque um ente querido seu — Deputado Márcio Miranda, não sei nem se V.Exa. soube disto — estava morto. Tinha sido morto num garimpo de Caiena, estava com o corpo para ser trasladado para cá, e ninguém conseguiu até hoje. Mobilizamos Embaixada, mobilizamos o Governo Federal, mobilizamos Polícia, tudo, e o corpo está lá até hoje! O corpo do marido dessa mulher de Santarém está até hoje lá em Caiena, e ela não consegue trazer para enterrar.

Sabe por onde está saindo esse povo de Santarém, do oeste inteiro? Pela fronteira de Oriximiná.

Agora, quando fomos a Bragança, reuni de novo lá os conselheiros tutelares e descobri que o Pororoca, Irmã Henriqueta, o famigerado Pororoca, que comanda o aliciamento de mulheres em toda a Região Bragantina — Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Capanema, Bragança, Viseu, Augusto Corrêa —, continuou a atuar fortemente a partir do presídio estadual. O cara está preso! É um traficante; está preso; mas ele comanda a rede de aliciamento e exploração de dentro da cadeia. Todos os que nós denunciemos, Irmã Henriqueta, voltaram a atuar em Bragança fortemente.

Então eu fico me perguntando, Deputado Jordy: a gente faz um trabalho sério... Eu trabalhei com V.Exa. na Comissão Parlamentar de Inquérito contra Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Fizemos um trabalho que alertou a sociedade, V.Exa. fez um trabalho exemplar na Relatoria; eu relatei a Comissão sobre tráfico humano; entregamos nossos relatórios. Mas, ao passar algum tempo, a gente verifica que os agentes continuam agindo, que as ações do Estado são elogiáveis, mas muito pequenas em relação ao tamanho do desafio.

Então, eu queria deixar essas informações.

Nós não tivemos como concluir nossa investigação sobre os portos do Pará, mas eu queria alertar esta Comissão que uma das grandes portas para o tráfico humano neste Estado são os portos.



Eu não vou falar de Belo Monte, dos grandes projetos, porque isso já está bastante descrito. Onde tem grande projeto vai ter sempre a ação de aliciadores, de exploradores e de traficantes humanos. Onde tiver. Então, qualquer projeto... E na Amazônia, infelizmente, a gente recepciona esses projetos monumentais que não vêm acompanhados dos cuidados sociais necessários. Estamos aí nós, de novo, com Belo Monte nas costas, como já tivemos Tucuruí. Mas os portos são algo muito sensível.

Nossa CPI pegou o caso aqui de Barcarena — aqui de Barcarena —, Vila do Conde. Tem um ex-Vereador lá que tem um negócio e tem um barco chamado “Transputa”. Para vocês terem ideia, o nome do barco é “Transputa”! O cara entra em contato com ele, no navio que vem pegar carga, no porto, Deputado Miriquinho, e já contrata os serviços sexuais. Diz assim: “*Eu quero 20*”. “*Eu quero 30*.” “*Eu quero 5*.” “*E, olha, eu quero uma na idade de 15, outra de 20, outra de 18 e, se tiver uma virgem, melhor*”. E o cara providencia, arregimenta e leva.

Isso não é o mais grave. Sabe o que é mais grave, Deputado Jordy? É que nós descobrimos que muitas dessas mulheres são engravidadas por marinheiros; os marinheiros vão embora; retornam depois; casam com as mulheres e levam as mulheres daqui. Tempos depois, essas mulheres retornam sem os filhos. O que aconteceu? É só ir a Barcarena! É só investigar! Estão lá! As mulheres estão lá!

Então, eu não vou mais continuar, porque, senão, eu vou assustá-los. Mas, de qualquer forma, eu saúdo com grande alegria, Deputado Jordy, V.Exa. por ter conseguido convencer o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados a instaurarem esta CPI para continuar com esse trabalho. E eu concordo com aquele material que a Câmara já distribuiu que diz que tráfico humano é coisa séria; muito mais séria do que novela.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Bordalo.

Só para informar V.Exa., antes de passar a palavra à Delegada Simone, no caso das escolinhas de futebol, nós tivemos oportunidade, eu e o Deputado Couto, de ouvir um desses agenciadores, que foi alertado pela CPI aqui do Estado, no caso, o Doutor. E para nós ficou absolutamente claro e evidente que o Doutor



integrava uma rede criminosa. Nós, a CPI... É um dos casos em que deve pedir o indiciamento, porque esse Doutor opera praticamente no Nordeste, no Norte e até em outros Estados do sul do País.

E, realmente, essa questão do Batata... Apesar de ele ter sido convocado pela CPI, nós não conseguimos ainda identificá-lo. É impressionante essa questão do Batata. E as informações são de que ele continua operando.

Mas esses dados já estão monitorados, e a gente espera que possa realmente desfazer essa rede que seduz, inclusive, jovens do Estado do Pará que estavam em São Paulo.

A Portuguesa Santista, inclusive, foi condenada pela Justiça paulista. Foi condenada, e ouvimos o Presidente da Portuguesa. A Portuguesa, inclusive, não faz mais essa terceirização — porque é isso que acontece: essas grifes do futebol terceirizam esses olheiros, e, aí, esses olheiros, sem nenhum critério e, muitas vezes, sem nenhum vínculo com o clube, fazem a captura desses jovens para condições, inclusive, de abuso sexual e outras coisas. Apenas para ilustrar a colocação de V.Exa.

Eu passo a palavra agora à Delegada Simone, que representa o Secretário de Segurança Pública nesta audiência.

**A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO** - Bom dia a todos e a todas.

Eu cumprimento a Mesa, neste ato, na pessoa do Deputado Jordy, e a Plenária, na pessoa da Dra. Leila Silva, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico, com quem nós temos uma parceria não só no enfrentamento e proteção das vítimas de tráfico de pessoas, mas também no que diz respeito a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Parabenizo os Deputados pela iniciativa, porque debater, falar sobre a violência contra crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas nunca é demais. Nunca, infelizmente, se exaure o assunto. Sempre se faz necessário que nós tenhamos momentos como este, para que o tema seja rediscutido e nós possamos avançar enquanto Estado.



Coloco a Segurança Pública, neste ato, como um órgão parceiro, engajado, com responsabilidade no enfrentamento à violência sexual contra crianças e também ao tráfico de pessoas.

Ressalto que, ao longo dos anos, nós temos buscado formar e sensibilizar nossos delegados de polícia e agentes policiais para o atendimento e enfrentamento a essa violência.

Na realidade, nós estamos aqui ansiosos pela oitiva de todos esses relatos, dessas informações de que nós venhamos a tomar conhecimento.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas data de 2012, como a Dra. Roberta já falou. Daí em diante, nós tivemos alguns avanços que eu acho importante sejam pontuados, como o Núcleo de Enfrentamento, a Coordenadoria, o Plano Estadual e, mais recentemente, agora em 2013, a Comissão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ponto também como avanço os vários cursos que não só a Polícia, como a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos tem promovido para os servidores públicos e também para a comunidade em geral, para que a gente tenha condições de melhor detectar esse tipo de crime. Até porque, no que diz respeito, de uma forma mais direta, ao tráfico de pessoas, dificilmente ele chega, ele tem a denúncia de uma forma direta. Ele geralmente chega às unidades policiais travestido de uma situação de fuga de lar, de desaparecimento, de violência sexual, de abuso sexual. E, quando a gente vai buscar mais a investigação, a gente detecta, na realidade, uma situação de tráfico e uma rede por trás disso.

Ao longo dos anos, o Governo do Estado tem investido nesse enfrentamento. Inclusive, eu pontuo isso até como uma consequência da CPI que nós tivemos, há alguns anos, por força da violência. Daí, nós tivemos a descentralização do programa Pro Paz Integrado, que atende a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, para um novo polo no CPC, para atender, da melhor forma, à demanda da área metropolitana de Belém.

Tivemos a descentralização desse tipo de serviço, levando também um atendimento para as mulheres, nos interiores, com regionais como Santarém, como Bragança. Agora, na primeira quinzena de outubro, nós vamos ter novos polos sendo inaugurados, como Tucuruí, Marabá e Altamira.



Esse enfrentamento e essas ações em busca desse enfrentamento pelo Governo do Estado também perpassam pela mulher. No início do ano que vem, vamos inaugurar o Pro Paz Mulher.

Esses ambientes são de extrema importância quando você fala da proteção da vítima, do enfrentamento. Acredito que seja de conhecimento de todos que, no mesmo espaço físico, a criança, o adolescente e a mulher vítimas de qualquer forma de violência passam a ter um atendimento integrado e multidisciplinar, onde nós disponibilizamos não só o atendimento médico, mas o acolhimento psicossocial, o atendimento policial, o acompanhamento psicológico posterior e também as perícias, evitando que a gente faça, dentro de um processo de busca da verdade, nessa investigação, uma revitimização dessas crianças, desses adolescentes e dessas mulheres vítimas.

Num levantamento estatístico que nós fizemos, detectamos que noticiados, na esfera policial, desde 2006 até agosto deste ano, nós contabilizamos apenas 33 ocorrências policiais, as quais geraram 27 inquéritos policiais por tráfico de pessoas, o que ainda demonstra um número bem baixo de denúncias, porque a gente sabe que existe, sim, uma subnotificação, que precisa ser combatida. A sociedade toda precisa estar engajada e ter pleno conhecimento de como enfrentar essa violência.

E nós estamos aqui, enquanto Segurança Pública, nos colocando à disposição de todos, da Mesa, para qualquer eventualidade, qualquer questionamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy.) - Obrigado, Dra. Simone.

Eu passo a palavra agora à Dra. Helena Muniz Gomes, que representa o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. Marcos Antônio.

**A SRA. HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES** - Bom dia a todos.

Eu quero primeiro cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Márcio Miranda, e todas as demais autoridades da Mesa. Cumprimento todos os presentes: os Deputados Federais, os demais Deputados Estaduais presentes, a comunidade.

Quero agradecer o convite feito ao Ministério Público Estadual. Estou representando o nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.



Quero dizer que é com grande satisfação que mais uma vez eu participo, integro, junto com as autoridades e todos os senhores presentes, de mais uma audiência pública. É difícil a situação, como bem disse o Deputado Carlos Bordalo; é um desafio muito grande, mas nós precisamos disso sempre, dessas nossas audiências, dessas nossas reuniões. Depende da gente, de cada um de nós. Nós somos uma semente que vai gerando frutos. Temos que ser incansáveis, proativos sempre.

E eu não me canso. Nós não podemos nos cansar. A tarefa é árdua. As portas são inúmeras para o tráfico humano e a exploração sexual, mas eu tenho certeza de que a sociedade brasileira conta com todos nós: com os Deputados Federais, com essas Comissões importantes, com pessoas vocacionadas, como todos nós aqui, para o enfrentamento desse crime tão hediondo.

Então, o Ministério Público do Estado do Pará, através do nosso Procurador-Geral de Justiça, é um grande parceiro, com os demais promotores criminais, da área da cidadania, das inúmeras promotorias especializadas nesse assunto. Estamos de portas abertas para, junto com a sociedade, caminharmos com todos nesse enfrentamento, para que decisões sejam tomadas, para que dessas audiências, ao final, saiam inúmeras ações em prol de todos nós e do enfrentamento, para tirarmos da linha de frente essas crianças, esses adolescentes, essas mulheres vítimas desses crimes.

Então, a minha fala é esta. Eu desejo a todos sucesso nesta audiência, para que realmente a gente consiga avançar cada vez mais nesse enfrentamento.

O Ministério Público está à disposição.

Boa sorte a todos nesta audiência pública é o que eu desejo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy.) - Muito obrigado, Dra. Helena.

Eu passo a palavra agora à Dra. Ana Celina Hamoy, do CEDECA-Emaús, para fazer suas considerações.

**A SRA. ANA CELINA BENTES HAMOY** - Bom dia, Deputado Márcio Miranda, Deputado Jordy, Deputado Bordalo, Deputado Luiz Couto, que, acho, é um exemplo para quem esteve vendo a CPI do Extermínio, o papel que ele teve na CPI



do Extermínio, que até hoje é um marco dentro do Legislativo brasileiro; a todos os outros Deputados aqui presentes; aos conselheiros tutelares; aos adolescentes e às adolescentes aqui presentes; à sociedade civil.

Este é um tema que eu acho que nem era mais para nós estarmos aqui sentados discutindo e tentando entender por que há tanta inércia do poder público. Há inércia de respostas da sociedade. Eu acho que esse é um tema tão vibrante e que já está tão claro dentro da sociedade brasileira que nós precisamos agora só de respostas.

Nós, mais do nunca, agora, precisamos entender, quando a Dra. Simone fala aí das dificuldades da investigação, por que só trinta e poucos casos denunciados. Será que isso não demonstra como o temor da sociedade ainda está tão presente e de como a falta de respostas gera uma ineficácia no procedimento de denúncia da sociedade?

Nós precisamos reverter isso! Estarmos em mais uma audiência pública mostra que nós precisamos dar alguma resposta a todos os casos que já foram levantados e que até hoje as famílias esperam que alguma coisa aconteça.

E eu digo isso porque, como advogada do Centro de Defesa, não são poucas as situações em que a gente fica tendo que dar explicações que não respondem à expectativa daquelas famílias. Temos vários casos, inclusive atuais, em que não se consegue chegar a nenhuma resposta judicial, política, de tranquilidade para as famílias.

Não adianta nós mobilizarmos os Conselhos Tutelares para que façam denúncias, para que atendam às famílias, se o trabalho deles não tiver urgentemente uma resposta dos poderes públicos. Os Conselhos Tutelares acabam ficando em descrédito. Nós precisamos dar respostas imediatas, no sentido de que, se as rotas são conhecidas; se todos nós sabemos — e não são poucas as matérias que a mídia publica — quem são os grandes traficantes; se nós sabemos onde estão os pontos de exploração sexual; se nós sabemos quem explora, por que nada acontece?

Nós precisamos inverter essa lógica! Essa não pode ser uma lógica de aceitação e de pacificação da violência! A lógica tem que ser outra! A lógica tem que ser a de destruição e a de aceitação pela sociedade de que as respostas vão vir e



de que ninguém mais vai aceitar a violência sexual, o tráfico de pessoas, o trabalho escravo como algo que está, como eu já ouvi de algumas autoridades públicas, na cultura da sociedade amazônica.

Isso, para mim, não é cultura. Isso, para mim, é violência, que precisa ser enfrentada como violência. (*Palmas.*) Nós precisamos romper com todo esse processo que transfere para algumas pessoas, como se fosse algo tranquilo. A indignação não pode ser algo a ser engolido por nós. A indignação tem que transparecer e tem que ser exposta. A nossa indignação não tem que ser uma indignação simplesmente de palanque. Ela tem que ser uma indignação de atos.

E eu acho que a CPI, todas as CPIs aqui presentes, hoje, devem uma resposta a nossa sociedade.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu não estou vendo... Mas eu acho que é muito importante compreender que a sociedade espera uma resposta. E quando eu falo da sociedade, eu não estou falando de uma forma tão ampla. Eu quero aqui, principalmente, solicitar a V.Exas. uma resposta a essas famílias — a essas mães, a esses pais — que hoje esperam que alguma coisa aconteça, que alguma resposta seja recebida pelos seus filhos e pelas suas filhas que se perderam nesse mundo afora, em um processo de violência tão aterrorizador que todos nós conhecemos.

Eu quero agradecer a todos aqui presentes. Esta não é uma fala de desânimo, mas é uma fala de estímulo, para que nós não arrefeçamos todo o processo que se iniciou neste Estado de indignação contra qualquer tipo de violação, principalmente contra os direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dra. Celina Hamoy.

Eu passo a palavra agora à Irmã Henriqueta Cavalcante, que representa a Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

**A SRA. MARIA HENRIQUETA CAVALCANTE** - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy. Gostaria também de cumprimentar o nosso Deputado Luiz Couto, uma pessoa que tem, também, um histórico de compromisso com essas causas — é sempre um prazer revê-lo —, os demais Deputados aqui presentes e as amigas que estão aqui e



também a plateia. E na plateia eu gostaria de cumprimentar uma das mães que luta, que grita por justiça. Gostaria que toda a plateia se sentisse contemplada. Ela ficou em pé, então ela merece uma salva de palmas (*palmas*), porque é uma pessoa que vem lutando com todas as suas forças para conseguir justiça. E o grito dela não é só pelo caso dela, mas pelo de muitas outras famílias.

A CNBB, neste momento, na nossa Regional, encontra-se em assembleia, a assembleia anual. Ontem, uma das discussões que nós fizemos foi justamente sobre o compromisso que a Igreja vem assumindo com essa causa.

E aqui eu gostaria de anunciar que anteontem, dia 27, o Papa Francisco criou, dentro do Vaticano, um grupo de trabalho sobre tráfico de seres humanos e escravidão moderna, a fim de estabelecer um plano de ação para combatê-los.

Esta é uma notícia, para nós, muito agradável, porque a Campanha da Fraternidade do próximo ano, 2014, vem trazendo também essa temática e nos levará, cada vez mais, como Igreja, a sermos uma presença profética, uma presença viva no meio do nosso povo, especialmente daqueles e daquelas que clamam e gritam por justiça.

A Igreja presente nessa Regional, nos Estados do Pará e do Amapá, pelas várias ações que nós fazemos de prevenção a esses crimes, tem contemplado — e nós temos falado sempre isso — um cenário muito triste; um cenário que nos tem preocupado exatamente porque o que nós estamos observando é justamente uma falta de compromisso, e é uma falta de compromisso não somente do Estado, mas também de toda a sociedade — porque eu sempre digo que nós ainda toleramos. Nós ainda toleramos esses crimes.

Portanto, nós estamos contemplando uma realidade que está levando ao que a Celina trazia antes. É justamente isso, gente: tem famílias que estão desistindo de denunciar porque não acreditam mais! Não acreditam mais! Estão caindo num verdadeiro desânimo — num verdadeiro desânimo! —, e dizem assim: “*Eu não vou denunciar porque não acontece nada*”.

Então, nós estamos num Estado marcado, que para mim tem dois selos — dois selos! Um é o da corrupção e o outro é o da impunidade. Então, nós queremos justiça! (*Palmas.*) Nós queremos resposta! Nós queremos que as denúncias que as famílias, que as vítimas desses crimes sejam capazes de romper com o silêncio,



com o medo. Elas querem resposta, e nós, que temos a capacidade e a coragem de enfrentar esses crimes, também queremos respostas.

Eu acho que esta é uma excelente oportunidade para debatermos, para refletirmos, nos aproximarmos dessa temática, sabendo, considerando que o tráfico de pessoas é uma forma absurda — absurda! — de escravidão moderna e que traz uma série de consequências para todos nós — para todos nós! —, porque é impossível — eu sempre digo que é impossível — contemplar a dor humana sem ficar também com essa mesma dor. Então, a dor do outro é a nossa dor. E a dor que ainda grita mais dentro de nós é justamente o grito pela justiça.

Eu gostaria ainda de lembrar que — e o Deputado Carlos Bordalo apontou isso muito bem — nós estamos numa região, para os outros Deputados que estão vindo de fora, que cada vez mais está sendo engolida por esses grandes projetos, que são chamados projetos de grande desenvolvimento, mas na verdade trazem para nós um grande caos: caos ambiental e caos social.

Todos nós que somos deste Estado — e quem não é deste Estado, inclusive quem mora em outro País — sabemos muito bem o que hoje Altamira está vivendo em consequência desse grande projeto que está lá. Então, não dá para permitir que esses grandes projetos tragam para nós um processo migratório descontrolado, que traz um inchaço tamanho, que a estrutura dos Municípios não comporta, e ainda traz uma série de consequências, que são justamente o aumento da exploração sexual, do tráfico de pessoas, do tráfico de drogas e do tráfico de armas.

Então, eu deixo aqui o meu apelo, que é um apelo de justiça. Nós queremos respostas. Nós não aguentamos mais falar sempre a mesma coisa; nos posicionarmos sempre dizendo o que nós queremos. E o que nós queremos é justiça; nós queremos resposta para esses apelos que estão presentes na vida de tantas crianças, de tantos adolescentes, de tantas pessoas adultas, homens e mulheres, que clamam e que querem a sua vida respeitada e vivida com dignidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Irmã Henriqueta Cavalcante.

Não há mais nenhum dos nossos convidados inscrito para fazer uso da palavra. Nós vamos agora facultar a palavra a todos e a todas que queiram dela



fazer uso: as entidades e qualquer cidadão. Esta é uma audiência pública e, portanto, nós vamos abrir a palavra, inclusive com a prerrogativa de os nossos membros da CPI, que estão aqui presentes, Deputados Couto, Bala Rocha e Miriquinho, falarem.

Pergunto se os Deputados já querem fazer uso da palavra. Deputado Couto? Deputado Sebastião Bala Rocha? Deputado Miriquinho? *(Pausa.)*

Então, está aberta a palavra. Quero registrar a presença da nossa Promotora Leane Fiúza de Melo, que participa também desta audiência pública. Obrigado por sua presença.

A palavra está facultada ao Plenário. *(Pausa.)*

Dra. Leila? Ah, sim! Vi a senhora se levantar, e a qualquer movimento suspeito na plateia a Mesa já inscreve aqui para fazer uso da palavra.

Pois não, nosso Conselheiro Tutelar.

Nós vamos estabelecer o tempo tradicional e já consagrado neste tipo de reunião, que são 3 minutos, evidentemente com a tolerância que a Mesa sempre tem.

**O SR. FÁBIO PAIXÃO** - Eu vou usar os 3 minutos e mais a tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Eu peço só que as pessoas que façam uso da palavra se identifiquem, dizendo se representam alguma entidade, porque esta reunião está sendo taquigrafada, toda ela registrada, e depois vai estar à disposição para os internautas no *site* da Câmara dos Deputados, para todos os que quiserem a ela ter acesso.

**O SR. FÁBIO PAIXÃO** - Bom dia a todos os presentes.

Em nome do Conselho Tutelar de Belém, cumprimento os Deputados presentes, especialmente o incentivador desta audiência pública, o Deputado Arnaldo Jordy.

Cumprimento todos os Deputados Estaduais, em nome do Deputado Carlos Bordalo, e as mulheres, em nome da nossa Irmã Henriqueta.

Na verdade, a gente não sabe nem por onde começar. Meu nome é Fábio Paixão, Coordenador-Geral do Conselho Tutelar de Belém, eleito pelos Conselheiros daquele Município, onde nós unimos forças para lutar por duas causas: pelas condições de trabalho e estrutura dos Conselhos Tutelares de Belém e,



consequentemente, pela causa principal da criança e do adolescente — e praticamente todos citaram o Conselho Tutelar.

Mas quero deixar uma crítica aqui à organização por não haver qualquer representante do Conselho Tutelar na Mesa, Deputada. Não temos representante legal, como ocorre em inúmeras audiências e conferências para as quais o Conselho tutelar é convidado. Não temos representatividade nas Mesas de debates. Somos convidados como ouvintes, mas sempre citados como porta principal de todas as denúncias levadas aos órgãos competentes.

Quero dizer que, hoje, o Conselho Tutelar do Estado — e aqui estão presentes Conselheiros de outros Municípios —, destino das denúncias do Ministério Público do Trabalho, na área criminal, da infância, por meio do Disque 100, 181, enfim, de todas as entidades chegam denúncias ao Conselho Tutelar. Mas também chegam, logo depois, outras denúncias contra os próprios Conselheiros Tutelares, principalmente quando há demora em se fazer a verificação das denúncias, por falta de condições, de salário, de estrutura.

Aos Deputados e à nossa Irmã Henriqueta, que falou claramente sobre o nosso problema, quero dizer que só vai haver punição dos culpados, aqueles que forem citados aqui, quando houver consenso entre as Casas onde está havendo inúmeras brigas, tanto no Congresso Nacional quanto no Supremo. E ontem um Deputado chorou na tribuna quando disse que havia chegado com muita dificuldade à Câmara, pois estava em um presídio chamado Papuda, onde não havia água para tomar banho e que ele ainda estava ensaboado.

Mas ele está sentindo hoje o que várias crianças, adolescentes ou pais de crianças e adolescentes passam nas penitenciárias do Brasil, que não têm um projeto de ressocialização concreto, real.

Esse problema é nacional. E se os milhões que ele desviou lá atrás tivessem sido aplicados na educação, na saúde, ele não estaria preso e o Brasil não estaria na situação em que está. E agora o Congresso Nacional está tentando tirar a autoridade da última instância de Justiça, que é o Supremo Tribunal. Onde vamos parar? Porque as determinações do Supremo Tribunal já não bastam mais.



E aí se entra na situação, Irmã Henriqueta, da impunidade. Como é que se vai cobrar punição aos criminosos se no Congresso Nacional estão tirando a autonomia do Supremo Tribunal?

Trata-se de um senhor que foi condenado a cumprir pena em regime fechado e que ainda teve a oportunidade de se defender antes de uma votação secreta. E ninguém sabe quem votou e quem não votou.

E aí fica difícil discutirmos prioridades. O art. 4º do ECA diz que criança e adolescente têm prioridade absoluta e que o Conselho Tutelar é a porta de entrada. Mas que porta de entrada é essa? Até hoje eu faço essa pergunta aos Parlamentares e às entidades.

Ontem houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa, de iniciativa do Deputado Carlos Bordalo, em relação à intolerância da Polícia Militar e da Polícia do nosso Estado. Nós chegamos, muitas das vezes, delegada, à delegacia de polícia com adolescentes — ouviu, Irmã Henriqueta? — abusadas, violentadas. E ninguém procura o Conselho Tutelar à toa, e a maioria é pobre, sem informações, sem estrutura. E quando chegamos à delegacia, sabe como as meninas são tratadas, Deputado Jordy? *“Putinha”*. *“Esse foi o abestado que caiu agora, porque ela já vem ó... Eu conheço isso. Ela é daqui da área”*. Não é isso? *(Palmas.)*

Como é que o Conselheiro vai atuar ante essa discriminação daqueles que deveriam dar proteção? Para onde que nós vamos levar esses casos, se na porta de entrada não existe saída? Os Conselheiros não têm saída.

Estão sobrecarregando o Conselho Tutelar e não temos saída! Não temos para onde correr, nem para onde ir. E principalmente nos Municípios e em alguns Estados os conselheiros são de morte.

Em Belém, em razão de inúmeras denúncias que foram feitas, Conselheiros foram ameaçados de morte. Nós somos limitados, não temos carro, não temos estrutura. Vamos, muitas das vezes, de ônibus para casa, sem nenhuma proteção. Como é que nós vamos apurar essas denúncias sem sequer ter a proteção de quem deveria nos proteger? Como é que se cobra punição aos culpados que, inúmeras vezes, têm contato com políticos ou que são cabos eleitorais de políticos nas regiões, por usar o seu barco, a sua estrutura? Por vezes o parente é Prefeito, o parente é Vereador.



E aí muito me preocupa quanto o Congresso tenta retirar o poder do Supremo Tribunal, da última instância. Agora nós temos mais uma instância, que é o Congresso Nacional. Quando interessa a alguns políticos fazerem oposição a outros, o voto é aberto; ou se tenta brigar pelo voto aberto. Mas quando há um escândalo na Casa o voto é secreto. Tem-se que acabar com isso! A corrupção se acaba com a transparência do Congresso Nacional, do Senado, da Presidência, do Governo e da Prefeitura Municipal. (*Palmas*)

É preciso haver transparência. E as eleições estão aí em 2014.

Eu precisava deixar bem claro para as entidades aqui representadas que nós, Sérgio, desculpe-me, não somos filiados à ACONEXTEL. Aliás, nenhum Conselheiro de Belém é filiado à ACONEXTEL — eu não sei quanto aos conselheiros do Estado e nem sei como se discute a questão da ACONEXTEL. E passamos aqui em Belém por massacres pelo Poder Municipal, pois se desrespeita o Conselho Tutelar.

Marcamos uma audiência com o Prefeito. Ele olhou para os Conselheiros e disse: “*O que foi que aconteceu? Vocês foram exonerados também?*” Muitos nem sabem como é que uma pessoa chega a ser Conselheiro Tutelar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua, Fábio.

**O SR. FÁBIO PAIXÃO** - Eu gostaria de deixar esta pergunta à Mesa: se eles sabem como é que criado um Conselho Tutelar e como o Conselheiro é eleito ou mantido como Conselheiro em Belém ou no Estado. Eles sabem de que forma o Conselheiro é escolhido? Porque essa é a porta de entrada. Precisamos identificar essa porta.

Era isso o que eu queria deixar Deputado Jordy. Parabéns pela iniciativa! (*Palmas*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Fábio. Você tem razão em muitas coisas. Nós concordamos. E vamos tentar, depois, encaminhar algumas coisas.

Apenas em relação à decisão de ontem sobre a cassação do prisioneiro Donadon, Natan Donadon, apesar dessa imoralidade, a meu juízo — e acho que a juízo de muitos aqui também, Deputado Miriquinho, Deputado Bala Rocha, Deputado Bordalo, Deputado Luiz Couto —, criminoso do voto secreto, que já deveria ter sido expurgado da prática legislativa, muitos Deputados, como eu e



alguns outros, declararam voto. Eu fui um dos primeiros a votar. E não só declarei o meu voto, mas o de toda a bancada do PPS. Outras bancadas também fizeram questão de declarar seu voto, apesar de o voto ser secreto.

Acho que todos nós devemos fazer, com este episódio lamentável de ontem, pressão no Congresso, no Presidente Henrique Alves. Talvez até esta audiência pública possa culminar, dentre outras propostas, com uma moção de apelo para que se acabe com essa questão do voto secreto.

Eu tenho certeza de que, se o voto fosse aberto, muito dificilmente esse presidiário teria condições de ter sido mantido no mandato. Eu não sei como que o Congresso vai resolver isso agora, porque ele está condenado, está transitada em julgado a condenação, não há grau de recurso, a Presidente não pode vetar, enfim...

Então, tudo bem, ele vai ficar lá pelos 13 anos a que foi condenado, o salário já foi inclusive suspenso.

Mas, enfim, isso é outra discussão. Só quis dar uma satisfação.

Vamos ouvir a D. Alba Cristina, que quer fazer aqui as suas colocações, essa mulher sofredora que já esteve aqui conosco com várias entidades algumas vezes por conta da sua dor.

**A SRA. ALBA CRISTINA DE JESUS MARTINS** - Bom dia, Deputados. Bom dia, irmã Henriqueta, povo presente e outras entidades. Eu só estou aqui — e fiz um esforço para estar aqui — para fazer uma cobrança, porque o cara foi condenado a oito anos, mas foi candidato, ganhou e hoje assume uma Secretaria de Educação no meu Município.

Eu tive que sair da minha cidade porque um cara que passava perto de mim dizia: *“Oi, como você está? Está bem?”* É um cara nojento, um cara sem dignidade, um cara que não respeita ninguém. Eu pergunto: por quê? Acho que, se fosse um filho meu, estaria na cadeia. Mas o cara é condenado a oito anos, vem como candidato, ganha e assume uma Secretaria de Educação, que trata de assuntos relativos a crianças e adolescentes. Os amigos dele violentaram uma amiga minha, a Rafaela, foram quatro, mas hoje trabalham para o Estado, na escola onde tem criança e adolescente. E é um processo que nunca chegou nas mãos da promotora. E saiu o mandado de prisão preventiva, mas os caras continuam em liberdade.



Essa jovem, filha de uma grande amiga minha, teve que ir embora depois de tentar se matar duas vezes. Cadê a justiça? Cadê a criança que foi violentada por ele, cuja mãe foi ao fórum? Esse Vereador Odair Avelar... E até hoje a mãe não foi chamada...

Essa criança parou de estudar e anda por lá. Por quê? Porque não tem mais escola para estudar, porque ele chega na escola e todo mundo fica falando: “*Lá vai o bichinha, lá vai o bichinha.*” Depois do que ele fez com essa criança, ele continua na impunidade, continua solto?

Que País é esse? Cadê a nossa lei?

Eu só queria cobrar das autoridades que olhem com mais carinho para esses casos nossos. (*Palmas*). Eu só queria cobrar isso porque são cinco anos de luta para eu vir para cá. E são os meus amigos que ajudam a pagar a minha passagem para eu chegar até aqui, entendeu? Porque esse cara acabou com a minha vida.

Hoje não estou na minha cidade. Vivo lá em Salvaterra por causa dele. E ele continua cometendo os mesmos crimes, mas continua solto, continua na impunidade.

Então, era só isso que eu ia dizer. Muito obrigada. Bom dia. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho. Ainda há algumas pessoas inscritas.

Queria só informar a todos que esse caso realmente é um dos que demandam providências urgentes. Esse cidadão, além da condenação em primeira instância pela justiça, já foi condenado em primeira instância, responde por dois outros processos também de abuso. Trata-se de um Vereador eleito, Secretário de Educação do Município de Cachoeira do Arari, no Marajó, mas continua no exercício dessas funções.

Lamentavelmente, esse cidadão convive no mesmo ambiente das vítimas, inclusive tripudiando, segundo o relato não só da Alba, mas de outras pessoas que estão lá.

Mas nós vamos ouvir agora a D. Maria Miranda para fazer as suas considerações. Depois falarão o Guilherme e o Narciso.

**A SRA. MARIA MIRANDA** - Bom dia a todas e a todos, em especial aos integrantes da Mesa.



Eu quero saudar, na pessoa da irmã Henriqueta, a CNBB, que fez a explosão do tráfico da qual a minha filha foi vítima.

Dr. Bordalo, eu estou aqui — eu já falei — para ter uma resposta.

Eu estive aqui em 2011, em vários eventos para os quais me chamaram, nesta Casa e no Senado, mas ainda não vi qualquer tomada de providência. Simplesmente, a mãe da moça, um “amiga” — entre aspas — mal-intencionada que convidou a minha filha para ir para a Espanha, que chamou a minha filha e disse: *“Resolve o teu problema com a tua mãe.”*

Aqui a família não tem nada a ver, mas o mal que essa moça trouxe não foi só pra minha filha; foi pra família toda, foi pra mim. *(A depoente está emocionada.)*

Eu sou viúva, tenho 76 anos. O Deputado Miriquinho e o Deputado Bordalo conhecem a minha trajetória no sindicato rural, sempre lutando por políticas públicas para ribeirinhos no Município de Portel e Marajó. Então, eu sou jurutiense, nasci em Juruti, mas vim para Portel aos 22 anos. E de 1993 até hoje eu dedico a minha vida ao movimento social em Portel e, por assim dizer, em Marajó. *(Palmas.)*

Então, eu também sou uma formiguinha. Eu não quero saber se a mulher vai ser condenada; eu quero saber da recuperação da minha filha na sociedade. Ela está em uma situação de risco. Só vendo a situação! Se vocês virem a foto do passaporte, vão poder comparar com a mulher em que ela se transformou hoje.

Então, eu estou aqui pra reivindicar resposta não só pra minha filha, mas pra todos esses casos em que se usa a mesma linguagem: *“Resolve teu problema com o teu pai ou com a tua mãe, que eu não tenho nada a ver.”*

Então, é por essa situação que eu estou aqui.

Quero recomendar também aos Srs. Parlamentares e a cada segmento da administração deste País que aqui se encontram: vamos cuidar com um pouco mais de cuidado das políticas públicas que os ribeirinhos precisam! *(Palmas.)* Eles precisam de melhor atendimento à agricultura familiar, para melhorarem sua qualidade de vida e conseguirem tirar as mulheres, as crianças e os adolescentes dessas condições de risco.

Deputado Miriquinho, Deputado Bordalo e quem de direito, eu tenho na minha pasta aqui um projeto de inclusão da empresa, dos empresários do Município de Portel na agricultura familiar. Eu quero justificar por quê? Todas as políticas públicas



que o ribeirinho recebe dos governos, eles vão e gastam em supermercados, postos, etc. E está justificado no projeto que ribeirinho algum recebe contrapartida.

Então, eu, na calada da noite, bolei este projeto e estou lutando para ver se eu consigo articular.

Chamei o companheiro Carlos Moura e disse: *“Carlinhos, eu estou vivendo uma situação difícil, a minha filha desse jeito; um filho meu, que sofria de paralisia cerebral, faleceu sábado”*.

A irmã Henriqueta recebeu um telefonema meu. Eu estou aqui, gente, porque me faço de ferro. *(A depoente está emocionada.)* Mas perdi o meu filho aos 42 anos. E Deus levou, tirando de mim aquele cuidado que eu tinha com ele. Mas Deus, lá no céu, assumiu esse cuidado. Agora eu estou cuidando da minha velhice e da minha filha, que está nessa situação. Olhem só como é o tamanho da minha angústia: uma filha dessa filha minha fez vestibular, passou no CESUPA, estudou 3 meses, mas ficou devendo 4 meses e teve que cancelar a matrícula e voltar para Portel porque não tem casa. E eu não tenho casa pra colocar nem 1.300 reais pra pagar a faculdade. É mais uma jovem, filha de uma pessoa nessa situação, que está sujeita a quê? A uma situação de risco. Uma jovem com 20 anos.

Então, eu quero apelar aqui: eu preciso ver uma resposta para a Daniela, para eu poder cuidar de mim e do restante da família, que faz parte do meu legado.

Desculpe, mas eu tinha muito mais coisa a dizer.

Deputado Bordalo, aquela minha situação de Juriti não foi resolvida. A situação do rio, que se trata de herança, também não foi resolvida. Eu queria que o Deputado José Maria estivesse aqui, porque ele conhece a situação. Então, eu preciso mexer com essas situações para que eu possa tirar a minha família da situação que está, inclusive para que essa jovem volte a estudar.

Bom dia! Melhores dias virão para o Brasil, para Marajó, para o Estado do Pará, se realmente houver um interesse máximo, esse elo de gratidão. Deixem a elite como a elite está, pois está bem, e vamos cuidar dos excluídos!

Bom dia. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - D. Maria Miranda, obrigado pelas suas considerações.



Está inscrito o Guilherme para fazer as suas considerações. Depois, falarão a Diana e o Narciso.

**O SR. GUILHERME MARSSENAS** - Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Jordy pela condução dos trabalhos na Presidência desta CPI.

Eu sou carioca, nascido no Largo da Carioca, criado no Saúde e no Santo Cristo lá no Rio de Janeiro. Eu moro há 32 anos aqui no Estado do Pará e participei de um movimento chamado de Movimento em Defesa da Vida, que discutia a situação dos atingidos pela obra da Barragem de Tucuruí. E lá em Tucuruí, na beira do Rio Tocantins, havia um local chamado Escorre Água. Eram quatro mil prostitutas para atender aos trabalhadores da Camargo Correia. Só que lá em Tucuruí também funcionava um órgão chamado GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins. Vocês sabem quem era o coordenador do GETAT? O nome dele está aqui neste papel. *(O depoente mostra um documento.)* Ele é o atual 3º Vice-Presidente desta CPI.

Eu só pedi a palavra para citar esse fato e para lembrar que nós somos responsáveis por essas mazelas! Porque quando a gente fica apontando o dedo para aquela excrecência que aconteceu ontem lá no Congresso Nacional, que acontece aqui, devemos nos lembrar que um Desembargador deu uma liminar que livrou da cadeia um ex-Deputado incriminado pela CPI, chamado Luiz Sefer. E é um Desembargador frequentador assíduo da Creuzet, uma casa de prostituição infanto-juvenil que tem ali no Bairro da Terra Firme, o bairro onde eu moro. Certo? Entendeu?

E aí a gente tem que parabenizar uma sociedade que tem uma jornalista que vai dizer que a médica cubana tem cara de empregada doméstica. E a gente tem que parabenizar uma sociedade, sabe, que faz vista grossa e está invocada porque as empregadas domésticas hoje deixaram de ser escravas — pelo menos na lei.

Então, eu quero parabenizar todas as CPIs que ousam discutir não o óbvio, porque enquanto houver capitalismo vai ter prostituição infantil, vai ter tráfico de pessoas, Deputado Luiz Couto, vai haver essas mazelas. Está todo mundo abismado, falando em corrupção; mas o cara fura a fila do ônibus; o cara leva o velhinho, o idoso para furar fila no banco; o cara joga lixo na rua.



Eu costumo citar lá no Bairro da Terra Firme, onde eu moro, que se a Prefeitura de Belém, qualquer que seja o gestor, botar um gari na porta de cada morador, a cidade vai continuar suja porque a população vai corromper o gari pra jogar o lixo na rua.

Então, eu pedi a palavra para fazer essa reflexão aqui.

Sabe, Conselheiro Tutelar, quando tu foste disputar a vaga lá... Tu és de qual bairro?

**O SR. FÁBIO PAIXÃO** - Do Guamá.

**O SR. GUILHERME MARSSENAS** - Do Guamá. Na última eleição do Conselho Tutelar, um cara que não se elegeu conselheiro tutelar gastou 50 mil reais, na campanha eleitoral. Claro, Deputado Arnaldo Jordy? E aí... Certo? É esta a reflexão que eu trouxe. Eu vou fazer, domingo que vem, 61 anos de idade. Eu participei da passeata pela cultura em 68, e no blog Perereca da Vizinha tem uma foto. Eu estava lá naquela passeata. Eu tinha 16 anos. Não teve movimento, luta nenhuma neste País, que eu não tenha participado. A minha preocupação é esta: quem é que sai daqui, como disse a advogada do CEDCA, que assume essa indignação no dia a dia? Parabenizo os membros. E revejam a presença do ilustre Deputado eleito pelo povo do Pará, Asdrubal Bentes, que foi um cara que usou a repressão para manter o tráfico de prostituta lá em Tucuruí, como Terceiro Vice-Presidente desta CPI. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Guilherme, pelas considerações.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo, claro, corpo fechadíssimo.

Só para esclarecer o Guilherme, a composição das vagas na Câmara dos Deputados — viu, Guilherme? —, não só das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, como das comissões provisórias, e é o caso das CPIs, são proporcionais às bancadas no Congresso. Portanto, nós não temos, digamos, nenhum tipo de arbítrio em relação aos Parlamentares que, no gozo dos seus direitos políticos, portanto, aqueles que integram o conjunto dos 513 Deputados e



das bancadas, possam fazer a indicação. Não há nenhum poder de restrição ou de veto na composição dessas comissões.

Eu passo a palavra à Professora Diana para fazer suas considerações. E a gente pede a todos que possam se ater ao tempo destinado, para que a gente possa ter oportunidade de ouvir o maior número possível de inscritos.

**A SRA. DIANA DEUSA DE JESUS PARAENSE** - Bom dia a todos. Quero saudar a plateia em nome da irmã Henriqueta, a quem perturbo muito — não é, irmã? Eu sou professora, sou de Cachoeira do Arari e pedi para falar por causa da minha indignação no caso da Cristina, que é uma pessoa que sempre me recorre. Eu estava até preocupada dela não poder estar aqui, porque estava com dificuldade financeira, como sempre, para vir, porque é uma pessoa que tem que vir todo tempo para lutar aí por um direito que ela tem, e até agora não foi. É só complementar que a mesma pessoa... Teve um caso de um aluno na escola onde a minha prima era diretora, e a criança saiu da casa onde estava sendo abusada, foi direto para a polícia. Não sei como aconteceu, que ele tem um poder muito grande. A criança não conseguiu. Minha prima me ligou. Eu liguei para a irmã Henriqueta, e o caso desse menino que a minha prima ganhou de presente... Ela era diretora da escola sede. Ela foi exonerada do cargo de direção, e ele colocou justamente o professor que toda segunda-feira não dava aula, para vocês verem a indignação. Não era o cargo, que ela até não precisa — é tão pequena a gratificação de direção — mas é o desrespeito com o profissional. E teve outro caso lá. Ele como diretor da escola, quatro que estupraram a outra Rafaela são empregados da escola que o diretor colocou. Isto é revoltante, não é irmã? Tudo isso acontece em Cachoeira do Arari. Obrigada, gente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Profa. Diana. O Narciso está inscrito.

**O SR. FRANCISCO NARCISO MACIEL CORPES** - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de saudar aqui o nome de uma mulher guerreira, a nossa irmã Henriqueta, pelo trabalho que tem desenvolvido à frente da CNBB, parabenizar também a ação do Deputado Arnaldo Jordy e dizer para vocês, a todos os ouvintes, que a gente fica falando de tráfico humano, falando da questão dos adolescentes e das crianças, e, às vezes, é muito bonito até defender essa tese, mas quando a



gente tem um problema na família da gente é que a gente vai ver o tamanho, a extensão do que é realmente esse problema. Eu gostaria de... Infelizmente, ontem que eu assisti, eu fiquei tão triste, chateado, que eu não consegui nem dormir à noite, porque... Parecia até brincadeira. O Brasil, que hoje é a sexta economia do mundo, um País que está em emergência aí, está para sair de uma camada e não dá para entender. A gente avança e, de repente, recua, chega ao zero novamente. Como é que uma pessoa condenada sai do túmulo e ressuscita de novo. Não dá para entender. Mas eu digo para vocês: é fácil. Analisando assim, é muito fácil perceber as coisas. Há 15 anos, o que se fazia neste País era falar de reforma, reforma, reforma, reforma e reforma. Mas tudo que era pregado há 15 anos ficou no vento. Eu pergunto para vocês... O Brasil precisa urgentemente de três reformas. Se não, a gente vai continuar batendo na mesma tecla. Nós vamos ter o pior índice... Por que este País não avança? Com a educação que se tem neste País nós vamos parar onde? Eu quero dizer para vocês que, se não tiver uma reforma no Judiciário, não vai adiantar. Vocês podem até sair daqui e, não, a gente está falando... Se não tiver uma reforma no Judiciário, este País... Tudo que falarem... Não vai para a frente. E outra coisa, reforma tributária. Gente, nós não podemos pagar uma carga tributária tão alta e não ter retorno. E vocês sabem qual é a outra reforma? Política. Eu acho que o cidadão que vai usar lá da tribuna e fazer um discurso fantástico e, na hora de votar, ele não põe a cara para dizer em quem ele está votando, ele não é digno do mandato, porque o mandato foi nós, foi a população que o elegeu. Enquanto nós não soubermos quem são de verdade esses caras que estão fantasiados... E aí há muito interesse. Eu estava ouvindo ali o nosso amigo Conselheiro colocar todas as dificuldades. É verdade: o para-choque de tudo é o Conselho Tutelar, mas também, meu amigo, há casos em que o Conselheiro que era para ser não é. Não é também. Eu estou vivendo um caso na minha família que eu disse: "Não, meu amigo..." Eu fui com o Conselheiro para pegar o que era legal, para fazer o que era legal. Ele me disse tudinho. Eu entrei tudo como era. Quando chegou na hora, a questão tomou um rumo totalmente diferente. Aí eu me pergunto: e aí? Se eu tivesse o nariz furado ao contrário, eu teria parado. Então, as coisas, neste País, enquanto não tiverem seriedade, e não fizerem essas reformas que eu falei para vocês e a nossa educação tendo um dos menores índices, nós vamos



continuar fazendo CPI — e no momento da CPI é muito bom —, mas depois que a CPI passa, aquele momento, aquele foco, parece que as coisas não caminham. A gente quer respostas concretas. Ah, o Supremo condenou, o caboclo está condenado e acabou a história. Esse negócio de estar ressuscitando... Só tem uma pessoa que a história conta que ressuscitou ao terceiro dia. Foi Jesus Cristo. E aí a gente está ressuscitando, gente. Este País ressuscitou político que já tinha morrido e tão vivendo novamente, e a gente está batendo palmas. Então, eu quero dizer para vocês que enquanto não houver reforma neste País, nós vamos continuar aqui discutindo, discutindo, e o avanço é muito pequeno. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Narciso.

Tem a palavra o Reinaldo, Conselheiro Tutelar de Abaetetuba.

**O SR. REINALDO SAGICA MACIEL** - Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a Mesa em nome do Deputado Miriquinho e dizer que eu como cidadão acredito na CPI, acredito em homens e mulheres que moram neste País, neste Estado, que um dia ainda vamos ver as nossas crianças, os nossos adolescentes felizes e dizendo assim: “Eu não estou sendo explorado porque alguém lutou por mim.” Como morador de Abaetetuba, quando aconteceu o caso de Abaetetuba, a menina de Abaetetuba, que foi dentro da delegacia aconteceu ali algo com ela, e dizer assim que a mídia do Brasil, do Pará, estava sobre Abaetetuba, mas passou o tempo e, hoje, ficamos tristes como Conselheiros. Tem a Delegacia da Criança e do Adolescente. Só está o nome lá: DATA. Mas não tem um delegado que vai defender essa criança, esse adolescente. Isso entristece a gente, porque, muitas pessoas hoje querem tampar o problema com algo passageiro, mas que nós possamos, aqui, em nome das crianças e dos adolescentes, colocar coisas concretas que irão acontecer. Porque eu fico triste de atender um caso de uma menina que está sendo abusada, chegando lá, não tem um delegado específico para aquela área. Como fica a situação? Que o representante da Polícia Civil possa olhar para Abaetetuba e dizer que Abaetetuba é uma cidade onde começam muitas coisas. O tráfico hoje em Abaetetuba... Crianças e adolescentes estão sendo aviõezinhos de traficante. É triste dizer isso, mas é a realidade de Abaetetuba. Que a CPI possa observar não só Abaetetuba, mas os outros Municípios, que não têm a delegacia, a DATA, com delegado específico. Essas eram as minhas palavras. Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Reinaldo.

Mais alguém?

Deputado Miriquinho para fazer suas considerações.

**O SR. GUILHERME MARSSENAS** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Noventa mil, foi? Está certo. Está registrado. Ninguém sabia disso.

**O SR. DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA** - Bom dia a todos e a todas. Saúdo aqui o nosso Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, no Brasil, Deputado Arnaldo Jordy, saúdo todos os integrantes da Mesa, o Deputado Bordalo, como Deputado estadual; saúdo o Deputado Sebastião Bala Rocha e o nosso padre e Deputado Luiz Couto; e também, em nome da Mesa, a irmã Henriqueta, uma lutadora pelos direitos humanos em nosso Estado.

Aqui na CPI, a gente tem ouvido cada caso, cada situação que, às vezes, a gente pensa que não existe mais ou que não é verdade, que não é verdade. Nós estamos ouvindo aqui as questões do Pará. Parabenizamos o Deputado Bordalo pelo relatório, pelo seu trabalho na Comissão de Direitos Humanos aqui da Casa. Sei o quanto ele se dedica e o quanto é profundamente comprometido com esse debate. Eu queria aqui exatamente somar as falas aqui de tanto quanto foi denunciado e pegar a fala da Dra. Celina.

Na verdade, a gente já tem material demais. Ainda não conseguimos aqui citar, Deputado Bordalo, que esse tráfico de pessoas aqui também serve muito para transplante de órgãos. Serve muito. Inclusive nós temos pessoas, jovens jogadores de futebol, que saíram do Brasil, e a família dele achou como um indigente num hospital fora do Brasil, inclusive com vários órgãos transplantados.

Então, são situações, e aí eu quero dizer que nós temos que tomar providências no sentido da Justiça funcionar. A D. Maria, aqui de Portel, o quanto é a luta dela que eu conheço, o quanto essa mulher é lutadora, sofredora, inclusive por questões dentro da sua própria família. E eu queria aqui... Os dois Municípios que foram colocados aqui, Cachoeira do Arari e Portel — pra gente lembrar um pouco — ficam no Arquipélago do Marajó. Esses dois Municípios têm os menores Índices de Desenvolvimento Humano, além de Melgaço, com o menor Índice de



Desenvolvimento Humano do Brasil. Dos 16 Municípios, nove estão entre os 20 de menor índice de desenvolvimento do Brasil. E parece que a gente não consegue olhar para esse arquipélago, para essa necessidade... E o Deputado Bordalo inclusive citou o Estreito de Breves como um dos pontos inclusive que parece que ninguém toma providência. Mas a gente passa e vê quantas crianças, quantos adolescentes dentro das embarcações na história de venda, de venda de açaí, nada mais é do que prostituição. E essas denúncias foram feitas, são feitas e as providências não chegam.

Então, eu acho que agora é o momento de nós perseguirmos pra resolver essas questões. E aqui, tanto a representação do Governo do Estado... Aqui é importante o Reinaldo, que é um evangélico, que está aí dentro de uma luta e eu conheço muito bem a posição dele. E isto é urgente... para resolver o Governo do Estado. Como é que não tem sequer o delegado ou a delegada? Como é que a gente quer resolver? Como é que a gente acha que vai resolver ou que a Justiça vai chegar quando a gente não tem por onde começar? O Estado tem que tomar providências disso, porque, senão, onde é que se vai fazer o registro das ações? Com quem se vai direcionar? Então, há uma necessidade urgente.

E aqui, Deputado Jordy e todos nós da Comissão, nós temos que tirar como princípio: fazer com que todos esses levantamentos, todas essas denúncias, que a gente possa transformar isso em ação concreta pra gente poder chegar e ver aqueles que estão denunciando se sentirem protegidos pelos Estados, se sentirem protegidos pelo nosso País, pelo nosso Estado, pra gente poder dar uma resposta, porque não podemos mais conviver com situações como essa. Tráfico de pessoas humanas virou um dos grandes comércios neste País, enriquecimento de pessoas. Se fizermos um levantamento das pessoas que estão mais ricas ou as pessoas que vivem do processo ilegal neste País, nós vamos ver como o tráfico de pessoas humanas como um dos grandes, onde está o enriquecimento ilícito de muitas pessoas.

Então, nós temos que ter providências, tomarmos providências e darmos resposta à sociedade brasileira em relação a essa questão que é gravíssima em nosso País.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Miriquinho.

A palavra continua facultada ao Deputado Luiz Couto, o nosso Vice-Presidente da Comissão e que tem também percorrido esse Brasil afora, defendendo os direitos humanos e combatendo o tráfico humano.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Bom dia, companheiros e companheiras. Nós dizemos sempre que só é boa a tarde depois que a gente almoça. Como a gente não almoçou ainda, é bom dia. Em primeiro lugar, eu queria dizer para os companheiros que nós ficamos tristes mesmo com o que aconteceu ontem à noite: 233 Deputados — não é? — disseram que queriam a cassação, mas outros no anonimato... É isto que nós estamos agora para mudar, para que, de fato, possamos acabar com o voto secreto, porque o Parlamentar tem que prestar contas de todas as ações e ele não pode ficar no anonimato para fazer com que pessoas continuem na impunidade.

Interessante é que normalmente, quando nós verificamos que é uma pessoa que tem uma vinculação com a luta pelos direitos humanos, que é uma pessoa que está ameaçada de morte, como a Irmã Henriqueta, é sempre aqui que para ela que as pessoas buscam a última resposta à demanda. É para a Ana Celina que também as pessoas vão à procura. Não é para o poder público, é para as pessoas da sociedade civil que estão aí colocando que essa questão dos direitos humanos, das violações que ocorrem no dia a dia, não pode ficar desse jeito. E D. Maria Miranda dizia: *“Olha, eu sou uma formiguinha. Sou uma formiguinha que quer resposta.”* Também, nós também, D. Maria, também nós Deputados buscamos essas respostas, encaminhamos para as autoridades que são responsáveis por isso e muitas vezes nós temos que ficar como o João Batista, uma voz clamando no deserto.

Mas é este clamor que não vai parar, não vai parar. É um sinal que essa indignação se transforma dia a dia numa ação eficaz para o combate a esse tipo de violência que ocorre em nosso País, que é o tráfico de pessoas para fins sexuais, para trabalho escravo. É também o tráfico que acontece para a venda de crianças, para adoção ilegal e para também transplante de órgãos para outros países. É também a exploração sexual que acontece com crianças e adolescentes, e, muitas



vezes, famílias desesperadas buscam uma resposta, que algumas entidades encaminham, mas elas não têm a força que tem o poder público para isso aí.

Por isso, que eu diria que nós precisamos fazer com que o nosso País não seja, ou em outras situações, o que alguns... Um paraibano fez um filme chamado de *O País de São Saruê*. É aquele país que tudo parece funcionar plenamente, que tudo faz bem, mas, no final, é um país faz de conta. Faz de conta que a gente está enfrentando, faz de conta que isso, faz de conta que aquilo. E, no final, o que acontece é a conta que vai para o bolso através da corrupção. Eu sempre digo que são três situações que nós temos que enfrentar. Primeiro, a cumplicidade. Isso acontece, porque há uma cumplicidade do poder público. Se fulano que explorou, se fulano que está sendo elemento para o tráfico de pessoas, mas é meu amigo, é do meu grupo, é da minha organização partidária, então, tem que abafar. Temos que acabar com a cumplicidade. Essa cumplicidade é que leva à impunidade (*palmas*), leva à impunidade. A questão é que muitos dizem: “*Não, vamos fazer isso aqui*”. Mas, olha, há uma convivência silenciosa, abafada, que, numa linguagem, é para enfrentar, mas nós verificamos que isso acontece, essa convivência que se expressa através da omissão, através da participação — não, ali não pode bulir, porque é meu amigo e eu vou perder os apoios políticos... que aquela pessoa que explora sexualmente, que faz tráfico de pessoas. Então, esta é a questão da convivência.

E a terceira é a corrupção forte, onde a sonegação, a fraude, onde a lavagem do dinheiro, onde a propina, onde a extorsão aparecem como elementos que estão presentes em toda essa situação.

E eu diria para vocês que talvez aquele Batata que ainda ninguém encontrou, que alguém falou... Esse Batata... Eu acho que plantaram esse pé de batata e não encontraram ainda lugar para cavar, tirar ou encontrar, porque todo mundo sabe onde que ele está naquela região. E por que as autoridades não vão lá? Esse Batata parece que tem força mesmo. Não é aquela batata que dá força pra gente comer não. Aquele Batata é a batata que não presta, que precisa ir pra cadeia mesmo para pagar, que continua levando adolescentes que acreditam que vão...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Essa batata é batata-de-purga parece, não é?



Então, sob aspecto nós verificamos toda a situação. E é por isso que nós estamos aqui. E, usando a expressão da D. Maria Miranda, ela diz o seguinte: “*Eu me faço de ferro. A fraqueza é...*” Aí ela diz: “*Eu quero resposta, mas eu me faço de ferro pra não deixar de gritar, não deixar de dizer que eu quero resposta.*” Todos nós queremos respostas e é aqui que nós estamos para buscar juntos essas respostas.

Muito obrigado. Um abraço pra todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Vamos passar a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha, do PDT do Amapá, para onde nós estaremos viajando ainda hoje, lá no Oiapoque. Vamos lá na fronteira do Amapá para ouvir, em audiência pública também, denúncias lá do Amapá.

E eu pergunto se tem mais alguém para fazer uso da palavra, além do Deputado Bala Rocha, que vai falar agora. Tem mais alguém que queira...? Não. Então, será o último inscrito para gente tirar os encaminhamentos. A gente pede que as pessoas aguardem mais um pouquinho, porque nós vamos ter que tirar alguns encaminhamentos aqui desta audiência. Está certo?

Deputado Bala Rocha.

**O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA** - Meu cordial boa tarde. Primeiro a vocês que estão aqui participando desta audiência e contribuindo de maneira fundamental para os trabalhos da CPI. Em nome do Deputado Jordy, da Irmã Henriqueta e do Deputado Bordalo, cumprimento todos os membros da Mesa e os meus colegas Luiz Couto e Miriquinho.

Antes, eu quero esclarecer que o Bala nada tem a ver com violência. Nós estamos numa CPI aqui (*risos*) que trata de violência — não é, Jordy? Então, Bala eu incorporei no meu nome, vem do futebol, diziam que eu era rápido e, por isso, ficou. E eu o uso no nome parlamentar. Sou médico, sou paraense de Gurupá. Por isso fiz questão de vir aqui também participar desta audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará e moro no Amapá desde os 6 anos de idade.

Nós tivemos aqui muitos depoimentos: depoimentos técnicos importantes como o do Deputado Bordalo, da Irmã Henriqueta e de várias outras pessoas da Mesa que usaram da palavra. Mas eu acho que o que nos contagiou mesmo foram



os depoimentos emocionados das mães e dos pais que vivem esse drama. A Dona Alba, a Dona Maria, o senhor que esteve aqui na tribuna, de quem não recordo o nome, que falou inclusive que quando a gente tem um caso desses na família é que a gente sente, verdadeiramente, o drama, a tragédia que isso é.

Por isso, Deputado Jordy, parabéns a V.Exa., que tem toda uma história de luta social, de luta democrática, de luta pelos direitos humanos, na defesa daquelas pessoas que mais precisam. E, por isso, V.Exa. está muito bem assentado no cargo de Presidente desta CPI, conduzindo o seu trabalho com muita responsabilidade, dignidade e competência. Parabéns a V.Exa.!

O Deputado Luiz Couto, além de padre, é um especialista nessa matéria dos direitos humanos. Eu tive também a oportunidade de ser Vice-Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos. E estamos nessa luta, muito preocupados.

Aqui eu acho que todo mundo tem o consenso de que, de fato, a convivência que acontece nesse meio prejudica as investigações, prejudica encontrar pessoas como o Batata, como já foi relatado aqui pelo Deputado Bordalo, pelo Deputado Luiz Couto, e assim por diante. Então, de fato, em toda a área criminal existe uma espécie de conluio, de convivência, que dificulta as investigações.

Eu estava lendo vários relatórios e percebi inclusive isso: que, às vezes, você chega à pessoa, mas você não tem como comprovar porque, muitas vezes, as pessoas que estão ali, aliciadas, as pessoas que estão ali, sendo vítimas do tráfico humano, por razões inexplicáveis, muitas vezes, até negam a responsabilidade de quem as aliciou, de quem as levou, de quem as traficou.

Então, por isso é que esse trabalho é muito difícil. É um trabalho que requer, de fato, o apoio, inclusive, de todas as autoridades mesmo, como foi dito aqui, da Polícia Civil, da Polícia Federal, do Ministério Público, porque é onde, de fato, as provas vão aparecer. E a CPI está fazendo esse trabalho na busca de provas, exatamente para indiciar quem for, os nomes que forem possíveis de indiciar para contribuir para que essa tragédia, pelo menos, reduza o seu impacto no Brasil.

No meu Estado também há muitas denúncias a respeito disso. Por isso, vamos ao Oiapoque. Nós estamos na fronteira com a Guiana Francesa, é praticamente muito perto do Suriname, ali também junto do Suriname. E há, pelo



menos, evidências de que ali, também, é uma rota do tráfico humano. Por isso, eu quero me juntar a vocês aqui, do Pará, também nessa luta e apoiar, cada vez mais, o trabalho do Deputado Jordy e dos demais meus colegas Deputados, da Irmã Henriqueta, que tem demonstrado uma coragem fundamental — é claro que tudo isso vem também da fé espiritual —, para que a gente possa, junto com vocês, vencer essa tragédia e colocar muita gente na cadeia, para que isso possa servir de exemplo.

Quanto ao episódio de ontem, da Câmara, inclusive eu postei hoje, nas redes sociais, que, de fato, é urgente, urgentíssimo, que nós possamos acabar com o voto secreto para que cada um mostre a cara (*palmas*), para que cada um possa demonstrar como vota, e o povo possa, então, julgar cada um dos seus representantes por aquilo que faz no Congresso Nacional de uma maneira mais transparente.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe! Parabéns, Deputado Jordy pelo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado. Obrigado, Deputado Bala Rocha pelas suas considerações. (*Palmas.*)

Mais alguém? Parece que não. Eu vou... vamos encaminhar aqui... só um minutinho... (*Pausa.*)

Só para a gente encaminhar aqui, permitam-me falar de pé, pelo vício, pelo costume.

Eu só queria fazer, Deputado Bordalo e todos, no encerramento desta audiência, primeiro, agradecer a todos os presentes e, principalmente, às entidades e instituições que fazem parte dessa rede de enfrentamento ao tráfico humano, à exploração e violência sexual e à violação de direitos de crianças e adolescentes. Parabéns mesmo!

A CPI é apenas um momento, uma institucionalidade passageira desse movimento, que tem contradições, que tem divergências, aqui nós vimos algumas, mas é preciso que as pessoas tenham consciência de que nós estamos mudando a história. Tenho absoluta certeza disso.

Nós não podemos cair naquele discurso fácil e, às vezes, cada um de nós se flagra nessa sensação de impotência e desejo de superação, nesse misto de



impotência e desejo de superação, e a gente diz assim: *“Mas que diabo eu estou fazendo aqui, que essa coisa não anda, e a gente fica dando murro em ponta de faca?”* Nós precisamos ter cuidado com isso, cuidado, porque, senão, nós estamos jogando fora toda a razão de ser dessa luta que tem empreendido toneladas de energias de seres humanos, de atores sociais comprometidos com essa causa, que estão aqui sem ganhar absolutamente nada do ponto de vista material. E eu louvo o ato heroico da grande maioria — há as suas exceções, como toda instituição tem, gente do bem, gente do mal —, a grande maioria dos conselheiros tutelares, que são militantes da causa, como a grande maioria das pessoas que estão aqui.

Esta luta não é em vão. Os números e as estatísticas mostram isso.

Deputado Bordalo, não deixo de mostrar dados da CPI que investigou casos de exploração, violência e abuso sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará — V.Exa. fez parte e outros Deputados, como o Deputado Marcio —, onde o Tribunal de Justiça do Estado — e lamentavelmente nós não temos aqui a presença do Tribunal de Justiça do Estado — de 2005 a 2009, este Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com quase 100 mil casos, nesses 5 anos que esta CPI investigou de violência — é um dado assustador — condenou, nesses 5 anos, 17 criminosos, condenados. Dá uma média de três vírgula alguma coisa por ano de condenados por estupro.

No ano da CPI, que foi 2010, esse mesmo tribunal condenou 97 criminosos, em 1 ano, contra 17 em 5 anos. O que é que mudou? Mudou a sociedade, mudou a mobilização, mudou a opinião pública, mudou a pressão do tecido social sobre as instituições. Foi isso que mudou.

Claro, nós temos ainda muito, muito, muito, muito a fazer. Há sensação de impotência todo dia, como aqui todos nós, comovidos com o depoimento da Alba, que chegou a vir aqui, em anos passados, duas ou três vezes para fazer o exame, e não havia reagente no IML para fazer a perícia na sua filha. E depois de denúncias se resolveu o problema do reagente. E uma mulher dessas, às vezes, não tinha condições de comer, não tinha condições de pagar a passagem. Quantas vezes a CNBB abrigou a Alba e a sua filha, nós ajudando, e todos, muita gente ajudando, para poder... Um caso. Quantas centenas e milhares de casos das “Albas”, neste



Estado do Pará, não tiveram a acolhida da CNBB, nem do Deputado A, nem do Vereador, nem de uma autoridade, nem da SEJUDH, quantas?

A Delegada Simone estava atualizando os números para mim, da mesma forma: as denúncias são míseras, pequenas, simbólicas, residuais; mas, de 2010 para cá, essas denúncias que eram, em média, uma ou duas por ano no Estado, hoje são sete vezes mais, uma média de sete a oito denúncias por ano. Por que isso mudou, ainda que tímida e raquiticamente? Porque todos nós estamos fazendo alguma coisa, por pouco que seja, e é preciso fazer mais, é a chance de nós enfrentarmos esse crime organizado rentável.

Esta semana, Deputado Couto, nós tivemos uma audiência na CPI do caso lá de Pernambuco: oferecido na Internet, numa página do Facebook, 50 mil reais, uma mãe, de 19 anos, desesperada, entregando seu filho, vendendo-o. Cinquenta mil reais! E a Polícia de Pernambuco conseguiu identificar, indiciou, o processo está lá, mas é o caso dessa mulher.

E este é outro problema: esse Facebook até hoje não abriu a página para que se saiba quais são as atividades criminosas que se escondem atrás do sigilo dessa empresa americana que todo mundo utiliza, mas que tem o seu lado negativo, o seu lado criminoso, o seu lado de acobertar crimes dessa natureza, porque é muito fácil, através de um *fake*, alguém seduzir, alguém atrair uma vítima desesperada para fazer uma doação, uma negociação de uma criança, uma venda de um órgão que vale muito mais. E muitas dessas crianças, às vezes, são sacrificadas por conta do tráfico de órgãos, como nós já constatamos na CPI.

A chance de se enfrentar à altura isso, só há uma possibilidade, a gente tem conversado muito, é em rede, é articulado.

Eu acabava de falar com o Delegado da Polícia Federal, que teve que se retirar: nós precisamos ter uma audiência com o Superintendente da Polícia Federal. Cadê a Leila e o pessoal que estava aí na última reunião? Nós temos que ter uma audiência, porque não há como fazer o enfrentamento na saída, nos aeroportos, com o pessoal que é militante da SEJUDH, da Delegacia Civil, com toda a *expertise* que tem. Se a Polícia Federal não estiver envolvida até o pescoço nisso, a chance é muito pequena, é muito pequena, é praticamente zero num Estado com fronteira aberta o tempo todo.



A vida humana transformada em coisa, essa coisificação da dimensão humana. Um conselheiro tutelar, que está lá no meio do mato, lá no interior — não digo nem os da capital, porque esses ainda têm telefone, tem mídia social —, não estou justificando, e o sujeito que está lá, em Gurupá, que não tem um telefone na sede do Conselho Tutelar? Como é que vai fazer um resgate se não tem uma bicicleta velha? E, muitas vezes, os Prefeitos não têm interesse de valorizar o conselheiro tutelar porque ameaça a estrutura de poder local; porque, muitas vezes, os abusadores são financiadores de campanha; porque, muitas vezes, os abusadores estão na base das relações em geral e, em grande parte, promíscuas, e não há interesse em valorizar conselho tutelar. Mas é da responsabilidade do Prefeito fazer isso. Muitas vezes, falta o Ministério Público para fazer o TAC, para exigir que a lei seja cumprida, e o Ministério Público como cumpridor, como fiscal da lei.

E eu não estou aqui fazendo uma crítica generalizada porque o Ministério Público tem sido, talvez, o grande parceiro; a Polícia Civil tem sido uma grande parceira; o Tribunal de Justiça. Claro, mas todas as instituições têm fragilidades, como houve, aqui, nesta Assembleia, um Deputado cassado. E lamentavelmente, por essas relações também promíscuas, ainda está tramitando o processo no STJ.

E vários de nós estamos sendo processados, como eu, a Henriqueta, por esse Deputado, por calúnia, difamação e injúria. Eu já respondi a dois processos no STF.

**O SR. GUILHERME MARSSENAS** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Aquele do desembargador?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É, sim, senhor. É exatamente. A Henriqueta também, a Delegada Cristiane também, uma jornalista, que acho que é até desta Casa ainda, que também está sendo processada. Quer dizer, o rabo abanando o cachorro, a inversão total das coisas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - É... Então, vejam bem, quer dizer, essa situação, nós só temos chances de enfrentar isso se for em rede, se for articulado, se for conectado.



Tivemos uma reunião com o Delegado-Geral, Secretário da Segurança Pública, semana passada. Tivemos uma reunião com o Procurador-Geral, Dr. Marcos Antônio, que, aliás, se comprometeu a fazer uma série de iniciativas. Nós precisamos ter essa audiência com a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a desembargadora, porque essa questão da impunidade, especificamente o caso de Cachoeira do Arari, não dá pra aceitar isso. O Sr. Odair Avelar já tem três processos respondendo por abuso, por estupro, uma condenação em primeira instância, e é Secretário de Educação do Município. Isto é um acinte, isto é uma agressão, isto é uma violência contra a cidadania, contra as pessoas, e nada acontece. Então, eu estou de acordo que nós temos que pedir o imediato afastamento desse cidadão. Ele pode ainda responder em liberdade? Pode. Aí as entranhas judiciais do processo tem que ver, mas o afastamento imediato da secretaria e o pedido de agilização do julgamento desse caso, porque é isso que gera impotência e a reprodução do crime. Ou seja, o crime compensa nessas horas; é a leitura que a sociedade faz: o crime compensa.

Então, no caso do enfrentamento da impunidade, não há como enfrentá-la se não houver uma sensibilidade maior da polícia, do Ministério Público e do Judiciário principalmente; não há como. Aí a sociedade civil aqui pode estar brigando, fazendo o que quiser, porque, se essas instituições não ampliarem o seu olhar, a sua sensibilidade de que este crime não pode ser tratado como um crime patrimonial de quem pratica um furto, um roubo, um assalto, uma coisa desse tipo, porque isso é crime contra a dignidade humana, contra a vida, que é o bem jurídico mais importante que a sociedade tem, pelo menos no conceito, nós não temos como avançar.

Então, eu sugiro aqui que, com relação aqui às propostas que foram sugeridas aqui pela Celina, pela Henriqueta, pela nossa promotora, esse caso da Daniela, que seja feito pela SEJU um estudo social do caso e ver como se pode fazer o atendimento à família. Outra coisa, nós temos que ver como é que se atualiza a situação processual, como é que está a situação processual dessa moça. E uma outra sugestão do Deputado Bordalo é que se possa ver a possibilidade do PROUNI ou do FIES para poder...



**A SRA. LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode, Leila, diga.

**A SRA. LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Cadê o microfone?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA** - Só para atualizar os senhores da situação do caso da Lia. Meu nome é Leila Silva. Estou como Coordenadora do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Atualizando a situação do caso da Lia. A Dona Maria... Há 4 meses atrás, a irmã Henriqueta veio até nós, pedindo ajuda, não foi, irmã? Trouxe o relatório da CPI e, a partir desse relatório, nós fizemos uma busca junto à Polícia Federal pra verificar em quanto estava o processo da Lia.

A partir daí, nós entramos em contato com a Dona Maria pra verificar toda a situação dela. E a Dona Maria veio até a gente, né, falou toda a situação. O estado de saúde da Lia é precário. Ela veio até à SEJUDH, nós fizemos um atendimento com ela, entramos em contato com o Município de Portel. E, assim, peço até ajuda dos senhores, porque, pra até pedir o relatório de atendimento da época, foi um sacrifício, gente. Nós tivemos que mandar praticamente quatro ofícios pra Secretaria de Assistência, pra Secretaria de Saúde, porque... Infelizmente, o Delegado da Polícia Federal não está mais aqui, mas eu ia conversar com ele no final, porque a Dona Maria e a Lia foram fazer o depoimento. Segundo a Polícia Federal, encaminhou um ofício solicitando pra que elas retornassem pra fazer esse depoimento pra que esse processo desse continuidade. Chegaram lá na Polícia Federal, o Delegado da Polícia Federal falou, na frente da Dona Maria, das técnicas da SEJUDH e da Lia, que o processo ia ser arquivado. Nós, enquanto SEJUDH, falamos pra Dona Maria. Isso já é uma questão de honra nossa, é uma questão de honra.

Estamos fazendo o levantamento de todos os relatórios. O relatório da ASBRAD, quando a Lia chegou pela ASBRAD, nós já solicitamos. O relatório da ASBRAD já chegou até nós. Solicitamos pro Ministério da Justiça todo o relatório encaminhado, desde lá da Interpol até aqui. Solicitamos o relatório do CEDECA



também. Já está conosco, pelo Jepiara, que também foi feito um atendimento. Solicitamos o relatório do Hospital de Clínicas. E o relatório de Portel chegou semana passada, mas com muita dificuldade. E, através disso, nós vamos reunir isso e encaminhar pra Polícia Federal pra que isso não seja arquivado. E o encaminhamento da filha da Dona Maria a gente está tentando incluir lá no BPC, só que estamos tendo dificuldade, né, Dona Maria, com o Município pra fazer essa inclusão. A situação da Dona Maria, a irmã Henriqueta tem um conhecimento muito grande, e a gente passou a ter esse conhecimento, e estamos lutando também pra que ela saia dessa pobreza...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

**A SRA. LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA** - ...porque ela vive numa situação de pobreza, Deputado.

**O SR. CARLOS BORDALO** - Vocês estão acompanhando a situação social também da Dona Maria?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso.

**A SRA. LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA** - Exatamente, só que o Município de Portel tem que assumir essa responsabilidade, Deputado. Não é aqui, Belém, que tem que assumir. O Município de Portel tem que assumir. É como eu falei pra Dona Maria: o CREAS de lá, o CAPS de lá tem que assumir essa responsabilidade também pra fazer esse atendimento. Como é que a Dona Maria vai ficar se deslocando de lá pra cá pra essa menina ter acompanhamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, tem que ser lá. Obrigado, Leila. Muito bom. (*Palmas.*)

Então, qual é... só para a gente... Feito esses encaminhamentos com relação aos dois casos, está certo, que foram trazidos aqui, eu acho que nós temos que ter essa audiência imediata com a Presidente do Tribunal de Justiça, com o Superintendente Regional da Polícia Federal, para que a gente possa pedir, fazer um apelo não só nesses casos específicos, mas com a situação geral, porque esses casos aqui são a ponta do *iceberg*, são uma pequena e modesta amostra do que está acontecendo de uma maneira geral, está certo?

Talvez a coisa mais importante que a gente possa tirar como sugestão, nós precisamos amplificar esse debate. As pessoas não têm ideia da dimensão, da



recorrência, da gravidade. Esse problema do tráfico, Deputado Bala Rocha, é um problema que as pessoas se apresentam como anjos da guarda. Quando aparece o *scouter* em um concurso de *miss* de colégio — de colégio —, vê uma jovem de 13, 14, 15 anos com perfil de modelo e vai à casa dos familiares dela para tentar convencê-los de que essa jovem pode ter uma carreira promissora, essa família festeja como se fosse um bilhete premiado e se agarra a isso. Geralmente, são famílias de condição econômico-social baixa. A mesma coisa acontece em relação a escolinhas de futebol. O sujeito dá graças a Deus.

Nós já referimos aqui o caso de um médico que chegou lá em Mocajuba e pediu para a avó da menina que lhe entregasse a garota a fim de que viesse morar aqui, em Belém, na casa de um camarada de posse etc. e tal.

Essas pessoas se apresentam como insuspeitas, como quem quer fazer o bem. E, em geral, isso acaba terminando em tragédia.

É preciso, portanto, que façamos uma campanha pesada de prevenção. Os conselheiros, as entidades. Nós precisamos invadir as escolas, as igrejas com essa campanha, para alertar a sociedade de que essas armadilhas podem estar se apresentando no cotidiano das pessoas; para evitar que esses crimes sejam praticados.

O Estado do Pará, por exemplo, tem ainda uma participação grande nessas estatísticas.

Há os casos das três principais redes de aliciamento de São Paulo que foram acompanhadas pela CPI. Infelizmente, nós não trouxemos os casos em si, porque, em grande parte, estão solucionados ou, pelo menos, encaminhados, com as pessoas presas. Há o caso da Telma, que nós ouvimos lá em São Paulo. É uma das aliciadoras de uma rede grande que levou centenas de travestis e de jovens que tinham a esperança de fazer mudança corporal.

A propósito, é preciso que o SUS comece a ter uma linha que abrigue essas possibilidades, para que quem queira fazer a mudança de corpo por conta de sua orientação sexual, da identidade de gênero, possa fazê-lo sem se submeter a essas articulações de fundo de quintal, que muitas vezes levam até a óbito esses jovens.



Há o caso da Telma, o caso da Michele, o caso da Hana. Para que tenham uma ideia, essa Hana até carro blindado tem. Entenderam? Mora numa casa, tem apartamento, posses. Não se trata, portanto, de um mercado pequeno.

Eu acho que nós precisamos realmente fazer esse trabalho de prevenção, para que o Estado do Pará e a Amazônia em geral saiam dessas estatísticas relacionadas a fornecedores, vamos dizer assim, dessa matéria-prima, que é objeto de coisificação da vida e da dignidade humana, e eliminem esses registros, que são preocupantes.

Não sei se esqueci de alguma sugestão, de algum encaminhamento feito aqui durante os debates.

Mais uma vez agradecemos a todos a presença.

Aqueles que queiram ainda encaminhar situações e casos podem fazê-lo a qualquer uma dessas entidades ou diretamente à CPI, para que as providências sejam tomadas.

Esperamos que esta audiência tenha sido mais um espaço de fortalecimento dessas convicções em favor da sociedade, em favor das crianças e dos adolescentes, em favor da vida, em favor da dignidade humana.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)